



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**LAURA VIRGÍNIA FERREIRA SOARES**

**DIMENSÕES DA DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO  
DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE POR GÊNERO, OCUPAÇÕES E RENDIMENTOS**

João Pessoa - PB

2023

LAURA VIRGÍNIA FERREIRA SOARES

**DIMENSÕES DA DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO  
DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE POR GÊNERO, OCUPAÇÕES E RENDIMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Econômicas, Campus I - João Pessoa, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Economia.

**Orientador (a):** Rejane Gomes Carvalho

João Pessoa - PB

2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S676d Soares, Laura Virginia Ferreira.

Dimensões da desigualdade no mercado de trabalho no estado da Paraíba: uma análise por gênero, ocupações e rendimentos / Laura Virginia Ferreira Soares. - João Pessoa, 2023.

54 f.

Orientação: Rejane Gomes Carvalho.  
TCC (Graduação) - UFPB/ccsa.

1. Mercado de trabalho. 2. Informalidade. 3. Gênero.  
4. Trabalho - Paraíba. I. Carvalho, Rejane Gomes. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 33

LAURA VIRGÍNIA FERREIRA SOARES

**DIMENSÕES DA DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO  
DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE POR GÊNERO, OCUPAÇÕES E RENDIMENTOS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 14 de NOVEMBRO de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

*Rejane Gomes Carvalho*

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rejane Gomes Carvalho  
Orientadora

*Wanderleya dos Santos Farias*

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Wanderleya dos Santos Farias  
Examinadora

*Edilane do Amaral Helene*

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Edilane do Amaral Helene  
Examinadora

---

“O que é muito difícil é você vencer a injustiça secular que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos.”

— *Ariano Suassuna*

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter chegado até aqui e ter vencido todas as etapas e adversidades, e poder realizar o sonho de concluir meus estudos.

A minha mãe Angeluzia, e ao meu pai Saulo (in memoriam), que desde criança me incentivaram a adquirir conhecimento e deram prioridade a educação minha e do meu irmão, como também me apoiaram em todos os meus sonhos, com toda dedicação, carinho e respeito, as minhas decisões, principalmente minha querida mãe, que está presente em todos os momentos.

Ao meu noivo Sergio André, que sempre incentiva meus estudos e todo o meu desenvolvimento profissional, apoia meus sonhos com todo amor e respeito e sempre me confortou nos dias difíceis.

Ao meu irmão Vinicius que foi um ponto de inspiração e admiração, nos estudos.

Agradeço minha querida orientadora e professora Rejane Gomes Carvalho, por todas as orientações, aprendizados e contribuições ao longo de todos esses anos.

Agradeço aos meus parceiros de curso e grandes amigos, Emerson e Raynnara, por todo caminho trilhado juntos, sempre tornando esse percurso mais leve. Além de todo apoio, carinho e risadas ao longo desses anos.

## **Resumo**

Este trabalho de conclusão de curso tem o propósito de analisar o cenário do mercado de trabalho no estado da Paraíba, a partir das dimensões de gênero, ocupações e rendimentos. Para compreender a configuração do mercado de trabalho na Paraíba foi necessário realizar uma revisão teórica, acompanhada da discussão sobre o trabalho como um conceito central, contemplando a tensão entre formalidade e informalidade. Em seguida, foi encaminhada a pesquisa de dados secundários por meio da PNADC/IBGE, sendo efetuado um recorte no espaço temporal entre os anos de 2015 e 2023. Com as informações obtidas, foram selecionados e analisados os dados de modo a permitir compreender o cenário do mercado de trabalho na Paraíba, buscando detectar, dentro da realidade local, a composição da força de trabalho por sexo e raça, forma de ocupação, nível de instrução, jornada de trabalho e rendimentos. Como principais resultados, observou-se a permanência da desigualdade na forma de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, o que se mostra explícito nos rendimentos médios e nos tipos de ocupações. Além das diferenças marcantes na condição do trabalho por gênero, também se verificou distintas realidades de trabalho por raça, com uma condição de maior fragilidade para as mulheres negras. A pesquisa indicou que as desigualdades no mercado de trabalho paraibano devem ser compreendidas em suas diferentes dimensões, o que merece ações de enfrentamento por parte da sociedade e da gestão pública.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho, Informalidade, Gênero, Paraíba.

## **Abstract**

The purpose of this final paper is to analyze the labor market scenario in the state of Paraíba, based on the dimensions of gender, occupations and income. In order to understand the configuration of the labor market in Paraíba, it was necessary to carry out a theoretical review, accompanied by a discussion of work as a central concept, contemplating the tension between formality and informality. This was followed by a search for secondary data using the PNADC/IBGE, with a time frame between 2015 and 2023. With the information obtained, the data was selected and analyzed in order to understand the scenario of the labour market in Paraíba, seeking to detect, within the local reality, the composition of the workforce by sex and race, the form of occupation, level of education, working hours and income. The main results show that there is still inequality between men and women in the way they enter the labor market, which is evident in average earnings and types of occupation. In addition to the marked differences in working conditions by gender, there were also different working realities by race, with black women being more fragile. The research indicated that inequalities in the Paraíba labor market must be understood in their different dimensions, which merits actions to tackle them on the part of society and public management.

**Keywords:** Labor market, Informality, Gender, Paraíba.

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Paraíba: Pessoas na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho e em situação de informalidade, no 2º trimestre de 2023 (%) .....36
- Tabela 2** - Paraíba: Rendimento médio real, recebido no mês de referência, do trabalho principal, por grupamentos de atividade, de 2019 a 2023 (R\$) .....43
- Tabela 3** - Paraíba e João Pessoa: Média de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal, por nível de instrução, de 2018 a 2023 (horas de trabalho) .....48

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Brasil, Nordeste e Paraíba: Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, no segundo trimestre de 2023 (%) .....	33
<b>Gráfico 2</b> – Paraíba: Distribuição percentual das pessoas em relação à força de trabalho e condição de ocupação, de 2020 a 2023 (%) .....	34
<b>Gráfico 3</b> - Taxa de informalidade por estado do Nordeste das pessoas ocupadas na semana de referência, no 2º trimestre de 2023 (%) .....	35
<b>Gráfico 4</b> – Paraíba: Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio para as pessoas ocupadas, por sexo, de 2016 a 2022 (%) .....	37
<b>Gráfico 5</b> - Paraíba e João Pessoa: Taxa composta de subutilização da força de trabalho, por sexo, das pessoas na força de trabalho, no 2º trimestre de 2022 e 2023 (%) .....	38
<b>Gráfico 6</b> - Paraíba: Taxa de desocupação, na semana de referência, por cor ou raça, no segundo trimestre de 2023 (%) .....	38
<b>Gráfico 7</b> – Paraíba e João Pessoa: Comparação da taxa de informalidade entre cor e raça das pessoas ocupadas na semana de referência, no segundo trimestre de 2023 (%) .....	39
<b>Gráfico 8</b> - Paraíba e João Pessoa: Rendimento médio real, efetivamente recebido no mês de referência, de todos os trabalhos, por sexo, de 2015 a 2023 (R\$) .....	40
<b>Gráfico 9</b> – Paraíba: Rendimento médio real, recebido no mês de referência, de todos os trabalhos, por cor, no 2º trimestre de 2023 (R\$) .....	41
<b>Gráfico 10</b> - Paraíba e João Pessoa: Rendimento médio real, recebido no mês de referência, de todos os trabalhos, por nível de instrução, no 2º trimestre de 2023 (R\$) .....	42
<b>Gráfico 11</b> - Paraíba e João Pessoa: Média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, por sexo de 2015 a 2023 (horas de trabalho) .....	45
<b>Gráfico 12</b> - Paraíba e João Pessoa: Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo cor/raça, de 2015 a 2023 (horas de trabalho) .....	46
<b>Gráfico 13</b> – Paraíba: Média de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, no 2º trimestre de 2023 (horas de trabalho) .....	49

## **LISTA DE SIGLAS**

CLT - A Consolidação das Leis do Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PB – Paraíba

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAUDE

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

IDEME - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual – Paraíba

PEA – População Economicamente Ativa

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1.1 Objetivo geral.....	13
1.1.2 Objetivos específicos .....	13
1.2 Considerações metodológicas .....	14
1.2.1 Definição de variáveis selecionadas .....	15
<b>2. TRABALHO E INFORMALIDADE: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO .....</b>	<b>17</b>
2.1 A condição de gênero e cor no mercado de trabalho .....	23
<b>3 O ESTADO DA PARAÍBA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL.....</b>	<b>28</b>
3.1 Um panorama do mercado de trabalho no estado da Paraíba de 2015 a 2023.....	33
<b>3.1.2 Ocupação por gênero e raça.....</b>	<b>35</b>
3.1.3 Rendimento por sexo e raça.....	39
3.1.4 Rendimento médio por instrução .....	41
3.1.5 Rendimento médio por agrupamento de atividades.....	43
3.1.6 Jornada de trabalho por gênero e raça.....	44
3.1.7 Jornada de trabalho por nível de instrução .....	47
3.1.8 Jornada de trabalho por faixa etária .....	48
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar o cenário do mercado de trabalho no estado da Paraíba, a partir das dimensões de gênero, ocupações e rendimentos. Abordar as condições de geração de emprego e renda na economia local é necessário para dar suporte às políticas públicas de estímulo ao mercado de trabalho. Neste sentido, o conceito de trabalho é central neste estudo, e ao ser relacionado com outras categorias de análise, pode fornecer as características do mercado de trabalho no estado da Paraíba. Deve-se admitir, ainda, as condições instáveis nas ocupações de trabalho, levando a considerar o trabalho formal e informal como facetas do modelo de desenvolvimento que vem se reproduzindo historicamente na economia local.

O trabalho informal se apresenta como um conceito em construção, intimamente relacionado com o processo estrutural de desenvolvimento da economia, e se alarga como um dos aspectos que justificam as desigualdades sociais. Assim, como referência metodológica para o estudo, devem ser consideradas as questões relacionadas às condições de trabalho nas atividades formais e informais. Os trabalhadores precisam buscar formas de sobrevivência diante da falta de oportunidade no mercado de trabalho, tendo em vista que o mercado formal não consegue absorver toda a mão de obra que é ofertada.

Considerando as diferentes formas de ocupações, os trabalhadores podem ser denominados como informais, autônomos, microempreendedores individuais, atuando em diversos ramos do setor primário ao terciário, e englobando pequenos agricultores, serviços domésticos, trabalhadores terceirizados, além de serviços que utilizam as plataformas digitais como Uber, Rappi e Ifood. Desse modo, as características do trabalho informal são múltiplas, podendo exibir situações que nos levam a identificar os antigos camelôs, vendedores nos shoppings populares, flanelinhas, pedreiros autônomos, costureiras, entregadores por aplicativos etc.

Nesse sentido, a construção desse estudo exigiu a revisão das principais contribuições teóricas acerca do conceito de informalidade do trabalho, tanto para a maior compreensão do tema quanto para sua mensuração, estabelecendo as diferenças entre o trabalho formal e o informal. A partir dessa abordagem, foi realizado o levantamento de informações secundárias utilizando-se a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este trabalho contempla um tema relacionado à economia do trabalho, mas que se encontra delimitado para compreender a realidade local paraibana. Em um estado periférico no cenário econômico, como é o caso do estado da Paraíba, as condições do mercado de trabalho geralmente apresentam sinais de maior fragilidade, tendo em vista que a criação de emprego e renda estáveis são incertas. Por isso, torna-se importante analisar os indicadores de mercado de trabalho em suas diferentes dimensões para compreender as lacunas existentes e as possíveis formas de intervenção. Ao conhecer a realidade local, é possível criar condições de enfrentamento por meio da articulação pública e privada que poderiam sugerir ações de políticas públicas voltadas ao estímulo de ocupações de qualidade e em condições de gerar renda sustentável.

O presente trabalho está dividido em quatro partes, considerando esta introdução na qual se apresenta o tema, o objetivo geral, os objetivos específicos e as considerações metodológicas adotadas. A segunda seção contempla a discussão sobre o tema trabalho e informalidade, buscando a revisão dos conceitos, tendo como objetivo compreendê-los em suas diversas abordagens. A terceira parte busca localizar o estado da Paraíba no contexto do desenvolvimento da economia regional, seguido de uma caracterização do mercado de trabalho por meio dos indicadores que consideram o trabalho formal e informal. Apresenta-se a análise dos dados coletados de modo a buscar compreender a configuração do mercado de trabalho em nível local. Por último, destacam-se as considerações finais com as reflexões sobre os resultados da pesquisa.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Analisar o cenário do mercado de trabalho no estado da Paraíba, a partir das dimensões de gênero, ocupações e rendimentos.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- a) Resgatar teoricamente os conceitos de trabalho formal e informal;
- b) Realizar o levantamento de dados sobre a composição da força de trabalho no estado da Paraíba;
- c) Investigar a configuração do trabalho de homens e mulheres, por instrução, ocupações, jornada de trabalho e rendimentos do trabalho.

## 1.2 Considerações metodológicas

Nessa seção, apresentam-se os devidos procedimentos utilizados na pesquisa, que tem como finalidade expor e interpretar, através de indicadores fornecidos pela PNADC/IBGE, o respectivo cenário do mercado de trabalho na Paraíba e as desigualdades sociais que nele são reproduzidas. Fez-se necessário, inicialmente, uma abordagem conceitual sobre o tema do trabalho, estabelecendo-se a correlação com as noções de formalidade e informalidade do trabalho.

Buscou-se compreender as diferentes dimensões de investigação que o tema proporciona e, com base nos indicadores de mercado de trabalho, poder visualizar o perfil dos trabalhadores quanto ao nível de instrução, rendimentos e ocupações, por sexo e raça/cor. Com isso, foi possível identificar situações e oportunidades distintas no mercado de trabalho entre homens e mulheres, brancos e não brancos (pretos e pardos).

O método investigativo contempla uma análise teórica e de dados, sendo estes dados a representação dos fenômenos reais discutidos nesta pesquisa, traduzidos em torno da informalidade e da desigualdade social proporcionada pelas condições de trabalho. De acordo com os objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, sendo fundamentada na discussão teórica, visando descrever análises teóricas e investigações empíricas existentes sobre os assuntos tratados, com base em livros e artigos científicos (FONTELLES, SIMÕES, FARIAS e FONTELLES, 2009; GIL, 2002).

A pesquisa também é exploratória, na medida em que busca problematizar as condições de organização do mercado de trabalho no estado da Paraíba. O método da pesquisa classifica-se por uma abordagem quantitativa e os procedimentos realizados consistem em pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários (GIL, 2002), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foi realizado um recorte no espaço temporal, delimitando-se do ano de 2015 a 2023. Buscou-se selecionar dados quantitativos para dar suporte a uma análise sobre as condições de ocupação no estado da Paraíba, realizando comparações entre gênero e raça. A observação dos indicadores do mercado de trabalho na Paraíba tem o intuito, ainda, de destacar as ocupações de acordo com a situação do trabalho formal e informal, o que pode indicar possíveis condições de vulnerabilidade das pessoas ocupadas. A coleta dos dados permitiu também ampliar a

abordagem sobre o rendimento médio mensal, por gênero e raça, a escolaridade e a jornada de trabalho. Essa coleta foi realizada para o estado da Paraíba e região metropolitana de João Pessoa, tendo em vista a limitação dos dados para os demais municípios.

Ainda é relevante destacar que os dados referentes aos anos de 2020 e 2021, possivelmente foram influenciados pelos efeitos ocasionados pela pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho, fenômeno que provocou forte impacto sobre as ocupações e os rendimentos. Para esses anos, o IBGE produziu pesquisa específica que avalia diversos indicadores socioeconômicos na fase da pandemia. Contudo, algumas implicações desse período sobre o mercado de trabalho devem ser pontuadas nas seções em que se permite realizar a análise dos dados de acordo com as variáveis abordadas.

### **1.2.1 Definição de variáveis selecionadas**

Os conceitos definidos aqui foram obtidos no SIDRA (sistema IBGE de recuperação automática), na página de metadados, para explicitar os principais conceitos utilizados na pesquisa (IBGE, 2023).

- Rendimento do trabalho principal: a existência de rendimento ou retirada bruta que a pessoa recebeu efetivamente no mês como pagamento único ou principal do trabalho.

- Taxa de desocupação (desemprego): “O desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho.”

- Taxa de informalidade: representa parcela dos trabalhadores ocupados no setor informal em relação ao total da população ocupada no país.

- Taxa composta de subutilização: é obtida pela taxa de desemprego ou desocupação, somada à subordinação por insuficiência de horas trabalhadas e à força de trabalho potencial.

- Força de trabalho subutilizada: considerada a força de trabalho potencial, que se configura por trabalhadores subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, desalentados, desocupados.

- Conta própria - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar;

- População Desocupada (PD) - Pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva para conseguir-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

- População Ocupada (PO) - Pessoas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana

- Trabalho doméstico: pessoa que trabalha em um único domicílio ou em mais de um domicílio, prestando serviço doméstico remunerado.

- Gênero: “Compreende as estatísticas sobre a forma como a sociedade cria os diferentes papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e às mulheres, criando padrões do que é próprio para o feminino e para o masculino e a partir destas compreensões estabelecem relações diversas e/ou desiguais nas várias dimensões da vida social.”

- Cor/raça: as pessoas se autodeclararam de acordo com as opções: branco, preto, pardo, amarelo, indígena.

## 2. TRABALHO E INFORMALIDADE: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

O trabalho informal é caracterizado por uma realidade heterogênea e com ocupações e níveis de intensidade de trabalho de natureza bastante distintos. Logo, é um conceito que ainda se encontra em construção, tendo em vista que não se limita somente ao campo jurídico e técnico, devendo-se considerar os aspectos relacionados aos direitos do trabalho e de cidadania.

As condições em que a informalidade do trabalho se desenvolve estão relacionadas com elementos estruturais do sistema capitalista, sendo aprofundada com o processo de flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho. O trabalho informal surge como meio de sobrevivência para muitas pessoas que ficam sem oportunidades diante da concorrência no mercado de trabalho e das condições estruturais da economia, sendo marcados pela precarização, o que significa que o sistema capitalista não consegue absorver toda mão de obra ofertada.

Como é revelado por Salazar-Xirinachs (2012, p. 9), metade da população ativa mundial tem como meio de sobrevivência o emprego informal, condição que está associada de forma íntima e direta à falta de empregos formais, assim como também à pobreza da classe trabalhadora, má qualidade dos postos de trabalho, baixa produtividade, discriminação e exclusão, insegurança e vulnerabilidades do mercado de trabalho.

O estudo realizado pelo mesmo autor também relata algumas das causas e efeitos da informalidade do trabalho, que afetam não apenas o trabalhador individual, mas também tem consequências negativas em nível de uma sociedade. O estudo destaca algumas das consequências que a economia informal pode trazer como, por exemplo, a fraca contribuição tributária desses trabalhadores que normalmente não tem registro de trabalho e nem atividade produtiva regulamentada, o que prejudica a arrecadação de impostos e a oferta de bens e serviços públicos para a população.

Os investimentos em políticas públicas direcionados ao desenvolvimento e bem-estar da população são necessários, especialmente, as ações voltadas ao estímulo da geração de postos produtivos no mercado de trabalho. O excesso de ocupações instáveis de trabalho acomete toda a economia, sendo que os efeitos “desestabilizadores da informalidade transcendem os indivíduos e afetam as empresas, as receitas do Estado e o funcionamento adequado das instituições e políticas do mercado de trabalho” (SALAZAR-XIRINACHS, 2012, p. 9).

No Brasil, a partir do governo de Getúlio Vargas, entre os anos 1930 e 1940, ocorreram transformações na economia e no mercado de trabalho, além de mudanças institucionais que contribuíram para a formação de uma legislação trabalhista, o que proporcionou algumas conquistas de direitos sociais pelo trabalho, ficando mais explícita a distinção entre o trabalho informal e o formal. Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foram definidas as regras mínimas para nortear relações de trabalho mais justas, como o salário mínimo, a jornada de trabalho e férias anuais, entre outros direitos (NORONHA, 2003, p. 113).

Levando-se em conta as características de cada nação, observa-se como o trabalho informal é um fenômeno de grande complexidade, assim como suas causas e efeitos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) atua com mais ênfase sobre o tema da informalidade desde os anos de 1970, tendo sido por muito tempo considerado apenas um fenômeno relacionado aos países pobres. Era mais comum utilizar-se o termo “setor informal” como uma característica típica dos países subdesenvolvidos.

Nos anos 1960 e 1970, o chamado setor informal foi analisado como próprio de países subdesenvolvidos, dentro de uma perspectiva dual. De um lado o setor formal, legalizado e com trabalhadores com direito sociais, e, de outro lado um amplo conjunto de atividades chamadas de “subterrâneo”, “mercado negro” entre outras expressões, em que as atividades informais, tratadas como ilegais e criminosas nem sempre se distinguem (LIMA e SOARES, 2002, p. 163).

Assim, como relatam os autores, as atividades do setor informal nessa época eram sempre remetidas ao subdesenvolvimento e vistas de maneira negativa e marginal, ligadas a ilegalidade e falta de segurança que teria o trabalhador. Além disso, quando a informalidade se apresentava em países desenvolvidos era associada aos imigrantes que normalmente tinham “negócios” relacionados às suas vivências culturais de acordo com seus países de origem.

Com o tempo, tanto a noção de dualismo quanto a ideia de antagonismo observadas sobre a informalidade do trabalho, passou a ser deixada de lado e foram substituídas pela compreensão de que a atividade e o trabalho informal serviriam como complementação na economia, passando a ser um produto de expansão capitalista nas áreas periféricas e deixando de ser algo que estava à margem para se tornar parte do processo de acumulação (LIMA e SOARES, 2002, p. 164). Desse modo, surgiu uma ideia mais assertiva sobre a informalidade, onde o trabalhador informal passou a ser visto como um potencial empreendedor e microempresário. Foi assim que este sujeito pode ser aproximado da concepção de flexibilidade, realizando o trabalho autônomo e colocando-se como seu próprio chefe, dono de

seu próprio negócio, associando o trabalho instável e desprotegido como sendo um elemento positivo.

A economia informal se apresenta em distintas situações, mas com visíveis tensões. De acordo com Cacciamali: “se por um lado respondem a demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social, por outro constituem focos de tensões e de desigualdades sociais” (CACCIAMALI, 2016, p. 153).

O trabalho informal pode ser avaliado como solução diante do aumento do desemprego, sendo romantizado pela ideia de empreender. Mas, também expressa as consequências do desequilíbrio do sistema produtivo de acumulação de capital na medida em que este não produz empregos para todos.

É importante ressaltar o amplo interesse das grandes empresas no setor informal, tendo em vista que o comércio informal absorve parte significativa da produção do setor formal. Empresas formais também podem atuar diretamente, em alguns casos, na informalidade, seja na absorção de trabalhadores ou no escoamento de mercadorias, visto que sempre se tem o interesse de reduzir seus custos, tanto com impostos como com salários dos trabalhadores. Logo, as grandes empresas e empresários acabam por se beneficiar dessa economia informal conseguindo maior acúmulo de capital.

Nos países desenvolvidos, com os efeitos das crises econômicas e, conseqüentemente, o aumento do desemprego, a informalidade aumentou e também passou a ser vista como um elemento da flexibilização da atividade econômica e do trabalho. Ainda nos anos de 1970, na América Latina, essa discussão foi diagnosticada como consequência da grande e acelerada industrialização e urbanização. No Brasil, o crescimento acelerado nas capitais serviu de atrativo para a migração das pessoas que moravam nas zonas rurais, em busca de maior qualidade de vida nas zonas urbanas. Este movimento contribuiu para aumentar a marginalização das condições de vida das pessoas, acarretando no crescimento das favelas e da violência nas cidades (LIMA e SOARES, 2002).

Em 1969, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou o lançamento de um programa mundial que tinha como principal objetivo fazer uma avaliação da distribuição de renda sobre os países que tiveram o processo de industrialização mais tardio. O padrão de crescimento econômico em países como o Brasil, por exemplo, ocorreu com a orientação do modelo de substituição de importações, o que exigia uma produção baseada em bens manufaturados e intensiva de capital. Este modelo permitiu alcançar um elevado crescimento econômico, mas o seu esgotamento na segunda metade da década de 1970 promoveu a

diminuição da oferta de empregos, gerando perda de poder aquisitivo da população (CACCIAMALI, 2016, p. 155).

O crescimento da informalidade do trabalho, no Brasil, durante a década de 1990, esteve associado ao processo de globalização da economia e à reestruturação econômica interna, fatores que exigiram o ajuste e controle das contas públicas. Esta fase presenciou diversas crises econômicas, consequências do aumento da competitividade internacional e das mudanças tecnológicas nos processos produtivos, como reflexos da reestruturação do modelo de produção capitalista. Também foi possível assistir o aumento da flexibilização das relações de trabalho, com perdas significativas sobre o trabalho assalariado (ARAÚJO e LOMBARDI, 2013, p. 457).

Com as mudanças na política e na sociedade, o avanço das novas tecnologias e da globalização da economia, somando-se à ascensão das ideias neoliberais, surgiram novos questionamentos para a discussão da definição de informalidade. A velha informalidade, característica do trabalho informal até os anos de 1980, abrange os trabalhadores subempregados, e que vivem em condições de ocupações precárias sem seguridade social e mal remuneradas, tendo como objetivo tirar desse trabalho seu sustento, a sobrevivência (SOUSA, 2009, p. 6). Este conceito serviu para descrever, especialmente, a situação dos trabalhadores ambulantes nos espaços urbanos, ocupando as vias públicas com seu comércio, estando mais próximo da ideia de ilegalidade pela não contribuição tributária.

A partir dos anos 2000, o trabalho informal ganhou novos elementos em função das mudanças causadas no mercado de trabalho com o processo de globalização, a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, em consonância com a expansão do neoliberalismo. Surgiu a noção de nova informalidade, mais próxima da lógica da acumulação capitalista que tem como pilar as políticas neoliberais (SOUSA, 2009, p. 6). Assim, a nova informalidade se faz perceber em sintonia com o sistema de produção capitalista, podendo ser sinônimo de flexibilização, autonomia e empreendedorismo (LIMA e SOARES, 2002).

Nos anos 2000 em diante, quando a informalidade passou a ser verificada numa diversidade maior de setores, inclusive nas atividades formais, expondo condições de precariedade do trabalho, a OIT reconheceu a necessidade de reformular conceitualmente o fenômeno da informalidade. Para tanto, se apoiou em quatro pilares: o trabalho digno, emprego do direito, diálogo social e proteção social (OIT, 2012). O termo “setor informal” também sofreu alterações, sendo expandido para “economia informal”, configurando a informalidade

da era da globalização. Com a noção de economia informal, foi possível reconhecer o fenômeno da informalidade do trabalho como uma problematização mundial.

O conceito construído para retratar essa “nova informalidade” permitiu não somente a identificação das atividades que se desenvolvem no setor informal, como também as conexões que são feitas por microempresas ou por pessoas, o que se denomina de terceirização, ou até mesmo o trabalhador autônomo com outros tipos de contratações mais diversas de trabalhos flexíveis, considerando a dinâmica atual da reprodução de capital (LOMBARDI e ARAÚJO, 2013).

Assim, a economia informal se caracteriza como uma forma de trabalho precário do ponto de vista dos direitos, com condições exaustivas e sem proteção social. Ou seja, o trabalhador não tem vínculo empregatício estável e, por isso, perde seus direitos trabalhistas, mesmo fazendo a tarefa de uma pessoa que é empregada, ou muitas vezes realizando mais obrigações com uma remuneração mais baixa. Nessa condição extrema, passa a ser um trabalhador excluído, sem contribuição contabilizada na riqueza do país, pois não tem renda comprovada e seus rendimentos não aparecem nas contas nacionais.

A partir dessa compreensão, “com a nova informalidade se perde a distinção entre o formal e o informal” (LOMBARDI e ARAÚJO, 2012, p. 459), na medida em que a informalidade se relaciona com a desregulamentação dos mercados de trabalho formal e a flexibilização das relações trabalhistas. Isso é o que ocorre, por exemplo, com os trabalhadores autônomos, com ou sem registro, que realizam atividades produtivas em empresas e também para pessoas físicas. A terceirização dos serviços, os home-office, o trabalho realizado em torno das plataformas digitais e o trabalho intermitente são outras modalidades de trabalho que são consequência da flexibilização do trabalho, contribuindo para uma infinidade de ocupações que a economia informal é capaz de absorver.

Como revela Araújo (2012, p. 452), “a riqueza da noção de nova informalidade está no fato de ela permitir identificar tanto as transformações nas atividades consideradas típicas do ‘setor informal’ (trabalho autônomo e o emprego doméstico) como as conexões que se estabelecem pelos processos de terceirização”. Desse modo, para se mensurar a informalidade, deve-se considerar tanto o camelô tradicional, já marcado por esta condição, como também o trabalhador de serviço ou comércio terceirizado ou autônomo que utiliza as diversas ferramentas da tecnologia da informação, pois todos esses casos obedecem à condição do trabalho que se encontra sem regulamentação, instável ou desprotegido de seguridade social.

Aquilo que pode ou não ser trabalho informal é facilmente confundido, dependendo também do que a legislação considera como emprego formal, pois o significado de

“informalidade” depende sobretudo do conceito de “formalidade” em cada país e período, e embora isso seja evidente, “as análises sobre o tema tendem a ignorar a noção contraposta da qual ela deriva” (NORONHA, 2003, p. 1). Logo, é importante entender como se configura a informalidade em cada país para compreender os termos legais que definem a informalidade.

Os elementos que constituem a compreensão sobre a informalidade estão relacionados ao entendimento que se tem por trabalho formal que, por sua vez, envolve as noções de cidadania e de direito social que foram construídas em cada sociedade (NORONHA, 2003, p. 113). No Brasil, a noção de trabalho formal está, de certa forma, ligada à posse da carteira de trabalho assinada ou contrato, ou àquelas pessoas que se registram como autônomos, empregador ou, atualmente, na condição de Microempreendedor Individual (MEI), todas aparecendo simbolicamente como formalização de alguma ocupação no trabalho.

Grande parte das pessoas que se encontram na economia informal, normalmente estão nesta condição por questão de sobrevivência e falta de oportunidade no mercado de trabalho formal. Todavia, também há os trabalhadores que consideram vantagens em estar na informalidade, tendo em vista que a ideia de flexibilidade atualmente vem sendo cada vez mais incorporada ao comportamento do trabalhador flexível que pode ser seu próprio chefe, dono do seu trabalho, que controla seu tempo, identificando-se como sendo o próprio empreendedor.

É necessário compreender que há uma relação de subordinação na relação entre o capital e o trabalho, sendo esta que separa o empregador do empregado, o autônomo do empreendedor (NORONHA, 2003 p. 117). Além disso, é importante mencionar que normalmente o autônomo ou empregado tem uma condição de subordinação com o empregador, o que varia na intensidade de acordo com o tipo de atividade, sendo as condições de trabalho estabelecidas pelo empregador. Por exemplo, a atividade autônoma de um arquiteto que presta serviços para a construção de um prédio, poderá contratar pedreiros informais ou por tempo parcial, em que estes também podem exercer a condição de autônomos. Porém, a diferença encontra-se na condição de subordinação entre eles, pois os pedreiros iriam trabalhar de acordo com as condições estabelecidas pelo arquiteto, seja por função, por hora ou dia. Logo, o pedreiro é autônomo, mas se encontra na condição de empregado e o arquiteto, que também se configura como autônomo, se apresenta como o empregador. Assim, não é simplesmente por ser autônomo que o sujeito está associado ao subemprego desprotegido, mas sim a condição que ocupa no trabalho que será realizado.

As consequências da reestruturação produtiva e da desregulamentação do trabalho são facilmente identificadas na configuração do mercado de trabalho regional, proporcionando um aumento considerável da precarização dos empregos nas economias periféricas, a falta de

proteção aos trabalhadores e o aumento das disparidades sociais, que afetam especialmente a população negra, as mulheres e os mais pobres.

Outra questão fundamental que se deve destacar é como o setor formal, seja nos serviços, na produção ou na comercialização, alimenta a economia informal, tanto por não conseguir absorver e dar oportunidade para a mão de obra ofertada, quanto por condicionar a criação de outras formas de emprego, como a terceirização do trabalho, as ocupações por conta própria, entre outras, permitindo a redução de custos trabalhistas e o aumento de lucros. A principal consequência para os trabalhadores é o subemprego e a perda de direitos, culminando na institucionalização da desregulamentação do trabalho.

## **2.1 A condição de gênero e cor no mercado de trabalho**

A discussão em torno das questões de gênero e cor/raça também são indispensáveis quando se trata do mercado de trabalho, pois compreende-se que as ocupações de trabalho, tanto as formais quanto as informais, absorvem as desigualdades sociais. Desse modo, é necessário perceber como essas desigualdades afetam o campo de trabalho para a mulher e, principalmente, para a mulher preta.

No estudo da economia informal, com a ênfase dada ao gênero e a cor/raça, é possível constatar que as mulheres se encontram como trabalhadoras majoritárias nos setores informais, e as negras, em particular, se encontram com os menores rendimentos. A precarização acentuada posiciona as mulheres em espaços mal remunerados, trabalho subutilizado e informal, reduzindo muitas vezes suas oportunidades de melhores condições de trabalho.

No estudo da economia informal, com ênfase em gênero e cor / raça, é possível verificar que as mulheres têm forte presença nos setores informais e aparecem com os menores rendimentos. Os homens brancos ocuparam posição privilegiada no mercado de trabalho formal ao longo dos séculos em relação aos homens pretos e às mulheres brancas e pretas. Mesmo que o sexo feminino possua um nível de escolaridade mais elevado as hierarquias entre gênero, raça e classe social são claramente visíveis no âmbito do trabalho.

Assim fica clara a vantagem que o homem branco tem no mercado de trabalho formal ao longo dos séculos sobre o homem negro, a mulher branca e a mulher negra. Mesmo a mulher se revelando com uma escolaridade mais alta, observa-se claramente uma hierarquia no trabalho entre gênero, raça e classe social (BORGES, 2009).

Sobre a posição da mulher na sociedade capitalista, deve-se examinar a exploração do trabalho no sistema de produção, o que pode variar de acordo com o nível de desenvolvimento das diferentes regiões de um país. Na perspectiva analítica de Saffioti, as mulheres são vistas como força de trabalho inferior e socialmente desqualificada, características de sociedades patriarcais historicamente definidas e afirmadas sob o capitalismo. A exclusão da mulher da elegibilidade no campo laboral, restritas ao trabalho complementar e secundário, decorre do fato de o trabalho do homem ser considerado o mais importante, visto que é considerado o construtor e promotor do progresso (SAFFIOTI, 1976).

Com o surgimento de novas formas de acumulação de capital e as transformações proporcionada pela globalização, o papel da mulher na sociedade está em constante evolução e crescimento. A força de trabalho feminina faz parte dessas transições, junto com a expansão das relações de trabalho nas últimas décadas. Porém, a posição da mulher nas sociedades capitalistas é marcada pela subordinação. Seja no lar ou no meio laboral, esse é um ponto que ainda não necessariamente foi superado pela modernização dos modelos produtivos e das relações de trabalho.

Esse avanço nas relações de trabalho também está associado a circunstâncias mundiais e movimentos sociais que fizeram surgir momentos considerados importantes para a redefinição do papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho. Foi o que ocorreu no início do movimento feminista em sua primeira onda no século XIX, onde as mulheres brancas de classe média lutavam por direitos jurídicos e políticos, pela emancipação das mulheres de um estatuto civil dependente e subordinado e pela inserção destas no mundo industrializado como cidadãs iguais aos homens (BORGES, 2009 p.17).

De acordo com Borges (2009), mais tarde, a segunda Grande Guerra revelou-se muito importante para esta integração, pois muitas das funções antes consideradas masculinas foram relegadas para as mulheres com a entrada dos homens na guerra, movimento que foi acompanhado de reivindicações pelo direito ao voto. As contribuições históricas desses movimentos sustentam a atual luta pela igualdade de gênero, marcada pelo aumento do número de mulheres na educação feminina, na formação e no mercado de trabalho. No entanto, permanecem lacunas entre a igualdade formal e política e a prática cotidiana. Direitos e princípios permanecem em grande parte no limite teórico, especialmente no que diz respeito aos aspectos socioeconômicos e à vida privada das mulheres.

As mulheres, ao longo dos anos, têm avançado significativamente na luta por liberdade e igualdade de gênero, por direito ao corpo, ao trabalho e por expressão política. Porém, há diferentes camadas de desigualdades que englobam não só o gênero, mas também a cor e a

classe social em que se insere, destacando-se distintos determinantes como geração, sexualidade, etnia, localização, deficiência física, entre outros que estão relacionados à cultura e a religião, por exemplo. Essa perspectiva de análise está ligada a corrente interseccional do movimento feminista. Os movimentos feministas de negras também constituem outro importante movimento teórico e político com grandes contribuições para compreender a economia informal, tendo em vista que a mulher negra se encontra mais marginalizada (BIROLI, 2015, p. 29).

Deve-se levar em conta, ainda, o conceito de divisão sexual do trabalho, que é um condicionante importante na perpetuação da desigualdade de gênero. A divisão sexual do trabalho gera desigualdades que ainda não foram superadas porque existem fatores culturais, estruturais e sociais que legitimam a desigualdade entre homens e mulheres. Essa divisão segue as barreiras já existentes na sociedade, em que destaca ao longo dos anos o trabalho feminino como um trabalho associado ao cuidado com o lar, bem-estar familiar e matrimonial. Logo, um trabalho não remunerado e invisibilizado em relação às atividades profissionais remuneradas. Assim, a ocupação produtiva da mulher, em muitos casos sendo associada a uma renda complementar, reafirma a jornada múltipla de trabalho das mulheres, caracterizada pela realização das tarefas domésticas e de cuidados familiares, logo após um dia de trabalho remunerado (HIRATA, 2016).

A globalização também teve impactos contraditórios que afetaram o mercado de trabalho masculino e feminino. A partir dos anos 1990 a participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu tanto nos setores formais quanto nos informais, principalmente nos setores de serviços. Porém, este é um dos paradoxos da globalização, a disseminação do trabalho assalariado com sua crescente insegurança e vulnerabilidade.

Embora tenha se verificado o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, por outro lado, a desigualdade de salários e nas condições de trabalho, assim como a responsabilidade do trabalho doméstico não mudou significativamente, mantendo a situação de exploração no trabalho para as mulheres. Segundo Helena Hirata:

As consequências dessa evolução da atividade feminina são múltiplas, mas pode-se dizer que uma das mais importantes consiste no fato de que este modelo de trabalho precário, vulnerável e flexível pode constituir um modelo que prefigura um regime por vir de assalariamento masculino e feminino (HIRATA, 2016, p.144).

As mulheres trabalhadoras continuam em posições desfavoráveis no trabalho produtivo e reprodutivo<sup>1</sup>, o que exige o fortalecimento das lutas por igualdade não só no trabalho, mas na política com maior poder nos espaços de representação. A maioria das mulheres ainda gerenciam suas atividades diárias entre dois ou mais períodos: tempo dedicado ao trabalho doméstico e familiar e ao trabalho produtivo remunerado. Este uso diferente do tempo de trabalho provoca profunda desigualdade entre homens e mulheres, além de contribuir para alimentar a noção equivocada de que as mulheres são menos produtivas por despenderem mais tempo em atividades não remuneradas, quando comparadas aos homens.

Quando introduzimos a variável de cor a essa análise, as problemáticas que englobam a questão de gênero são intensificadas, devendo-se considerar o processo histórico que fez com que as mulheres pretas passassem por um processo de objetificação. O período de escravidão marcou de forma duradoura a trajetória profissional dessas pessoas, determinando uma trajetória de entrada e saída tardia no mundo do trabalho, alto desemprego, ocupações secundárias, retornos monetários reduzidos e baixa escolaridade. A ameaça de degradação e despejo causada por mudanças sociais e econômicas, assim como transições do ciclo de vida ou racismo aberto são preocupações constantes para as pessoas negras (CARNEIRO, 2011).

A corrente negra do feminismo está associada às condições distintas de oportunidade que estas mulheres tiveram ao longo da história devido ao processo de escravidão e, conseqüentemente, a institucionalização do racismo, incorporado no sistema capitalista, o que acarreta até hoje graves efeitos sobre as oportunidades no mercado de trabalho. Apesar do movimento feminista defender a igualdade entre gêneros no trabalho, há demandas específicas relacionadas às questões de cor/raça e aos déficits sociais de classe.

Ainda que as mulheres brancas e pretas sejam marginalizadas no trabalho e na sociedade, os espaços são ocupados diferentemente entre elas, com hierarquias e supremacias. O feminismo negro e os estudos interseccionais privilegiam o par gênero-raça, embora isso não signifique que suspendam o elemento de classe como problema (BIROLI, 2015, p. 31).

É notório que muitas mulheres negras, por terem tido dentro da história uma condição inferior de dupla opressão sofrida, uma pela condição de mulher e outra pela condição de negra,

---

<sup>1</sup> A discussão sobre trabalho produtivo e reprodutivo é abordada amplamente nas pesquisas sobre trabalho e gênero. Quanto ao trabalho produtivo, considera-se aquele que produz bens ou serviços, reconhecido por meio de relações mercantis e tem valor de troca no sistema capitalista, sendo compensado na forma de salário. O trabalho reprodutivo está associado à esfera privada, onde se realiza o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Ver: BIROLI e MIGUEL, 2015; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000.

em uma sociedade machista e racista, tiveram que trabalhar em condições de insalubridade para sobreviver, como é revelado por Sueli Carneiro:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (CARNEIRO, 2011, p. 1).

As mulheres negras passaram por um processo de exploração durante a história, onde se encarregaram de trabalhos duros e pesados, como também trabalhos domésticos, entre outros, servindo às mulheres brancas. Assim, o emprego informal para as mulheres negras se apresenta em séculos como um dos caminhos para sua sobrevivência, pois quando se fala de oportunidades iguais no mercado de trabalho entre mulheres e homens, uma das características exigidas por muito tempo pelo mercado é a boa aparência associada aos padrões de beleza europeus, abrindo mais oportunidades para mulheres brancas. Por isso, é importante analisar o nível de instrução, ocupações e rendimentos, tanto das mulheres quanto dos homens negros e brancos para caracterizar o cenário do mercado do trabalho.

Além disso, analisando o trabalho da mulher no contexto da economia capitalista e seu impacto nas economias regionais, observamos a assimetria derivada da desigualdade da mulher no mercado de trabalho, que se caracteriza pela discriminação em razão do sexo. A segregação também indica uma lacuna entre a situação atual e o ideal de igualdade de gênero no mercado de trabalho. Nesses contextos, o conflito entre produção e reprodução torna-se mais evidente para as mulheres, o que indica a necessidade de metas e políticas voltadas para as desigualdades de gênero, classe e raça, com ações específicas e que tenham sentido para a realidade das mulheres em economias locais.

### **3 O ESTADO DA PARAÍBA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL**

A presente seção busca contextualizar alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento da economia regional para compreender o processo de formação histórica e econômica do estado da Paraíba e localizar sua posição de dependência frente à economia nacional, assim como expor suas fragilidades quanto à dinâmica do mercado de trabalho local.

O estado da Paraíba, localizado na região do Nordeste, apresenta pouco destaque na economia nacional com baixa participação dos setores produtivos (CARVALHO e FARIAS, 2021). O modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil privilegiou um dinamismo distinto para cada unidade da federação, o que permitiu a concentração de renda nas regiões mais desenvolvidas. O modelo de expansão do capitalismo em economias periféricas e o planejamento do crescimento econômico está associado ao desenvolvimento desigual entre as regiões.

As regiões Sul e Sudeste, ao longo dos anos foram priorizadas com investimentos e políticas de incentivos em determinados setores produtivos, aumentando a capacidade de expansão das indústrias de transformação, inovação e infraestrutura. Com o fim da política de desenvolvimento regional no início dos anos de 1990, o Nordeste passou a receber menos recursos subsidiados pelo setor público para o setor produtivo, submetendo-se às disputas fiscais entre os estados para a atração de novas empresas e empregos gerados.

Historicamente, a economia paraibana esteve marcada por uma estrutura agrária conservadora, prevalecendo até os anos de 1950 a participação do setor agropecuário que detinha a maior parte da produção de bens e serviços do estado. Na época, a cana de açúcar tinha destaque como principal lavoura, estando presente na zona da mata paraibana desde o início da colonização portuguesa. A fase pré-industrial foi a mais longa, abrangendo o período colonial (1500-1822) e o período imperial (1822-1889). Predominava a indústria açucareira, voltada para a exportação, sendo a cana-de-açúcar destaque como principal lavoura e pioneira no estado nas regiões da zona da Mata e do Brejo. As planícies úmidas da mata paraibana eram propícias para o cultivo de produtos agrícolas. Em contrapartida, a pecuária iniciou o processo de ocupação no interior do Paraíba (TARGINO, 2020, p. 118).

Devido ao solo favorável para esse tipo de lavoura na região da zona da mata, a produção da cana-de-açúcar foi expandida beneficiando-se do contexto do mercado internacional da época, tornando a atividade extremamente rentável, entre os séculos XVI e

XVIII, na fase primário-exportadora. Nessa época, as relações de trabalho possuíam um perfil ainda latifundiário e escravocrata (TARGINO, 2020).

Com a evolução da indústria têxtil na Inglaterra, a cotonicultura, denominação para a cultura do cultivo de algodão, passou a ser estimulada para atender à demanda crescente dessa matéria-prima nas tecelagens da Europa. A produção do algodão tornou-se uma atividade bastante importante na cadeia produtiva do setor têxtil na segunda metade do século XVIII, época de início da revolução industrial inglesa. Nesse período, as condições de trabalho eram baseadas no trabalho escravo e só passaram a incorporar o trabalho assalariado após o século XIX, porém ainda reproduzindo relações laborais arcaicas.

No fim do século XIX, começou a ser destaque o ciclo do algodão. O estado reunia condições climáticas e regionais favoráveis à produção dessa cultura. A Paraíba foi um dos principais estados exportadores dessa mercadoria e a cidade de Campina Grande chegou a ser a segunda maior referência no comércio de algodão do mundo, atingindo o seu auge na década de 1930. O algodão alcançou posição de relevo devido a qualidade da fibra que atendia os requisitos europeus e americanos, passando a ganhar alta projeção no mercado internacional. A cultura ganhou mais força e superou a produção de açúcar, assim ficando conhecido como “OURO BRANCO” (GUEDES, 2008).

A produção de cana-de-açúcar e do algodão constituíram as principais atividades econômicas dessa fase na economia paraibana. A ascensão da indústria açucareira com a renda da produção de algodão atraiu fábricas têxteis, das quais se destacou a Companhia de Fabricos Paraibana (CTP), em Santa Rita (1891), e a fábrica de tecidos Rio Tinto, em Mamanguape. Quase todas as máquinas das empresas foram importadas, principalmente da Inglaterra. Depois do algodão, o sisal e a cana-de-açúcar foram as matérias-primas mais importantes que impulsionaram a indústria manufatureira na Paraíba, e a produção voltou-se então para os mercados interno e externo (GUEDES, 2008).

No estado da Paraíba, havia algumas indústrias de bens de consumo não duráveis no segmento têxtil, alimentos e bebidas e vestuário, demarcando a passagem da economia agrária exportadora para o surgimento do segmento industrial. Por outro lado, também se reconhece a lenta transição das relações de trabalho com base escravista para o trabalho assalariado. A agricultura e a pecuária estavam localizadas, em particular, nas mesorregiões do Sertão e da Borborema, caracteristicamente expostas à estiagem e baixa quantidade de recursos hídricos. Além disso, o uso extensivo da terra e o baixo aporte de investimento de capital prejudicavam o nível de produtividade do trabalho (CARVALHO e FARIAS, p. 684, 2021).

É válido destacar que as intervenções do governo na região Nordeste foram concentradas em recursos e ações que privilegiavam obras contra as secas, o que terminou por estimular a manutenção de posturas coronelistas, prática política comum de latifundiários durante a República Velha que consistia, entre outros aspectos, na coação dos coronéis para que seus subalternos votassem nos representantes defensores da política conservadora.

A insuficiência das políticas públicas aplicadas contra as secas e a permanência das desigualdades regionais que permeavam o desenvolvimento do país, motivou a criação de um grupo de estudos liderado por Celso Furtado. Destacava-se a necessidade da criação de bases para a industrialização e desconcentração econômica gerada pelo modelo produtivo adotado, o que poderia ser alcançado a partir de uma política de desenvolvimento econômico regional.

O ano de 1958 foi marcante, pois mais uma seca de grande intensidade atingiu a região Nordeste, impactando diretamente no aumento do êxodo rural, no desemprego e na pobreza. O governo federal determinou a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, tendo como objeto principal a redução da pobreza e o desenvolvimento da região por meio da industrialização (GTDN, 1967).

Como consequência do diagnóstico produzido pelo GTDN, em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, foi fundada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o objetivo de reduzir as disparidades regionais, diminuir a pobreza e gerar emprego. Entre diversas ações, os incentivos fiscais e financeiros foram utilizados com o intuito de atrair investimentos para a região e promover a industrialização, criando um perfil econômico mais dinâmico na região.

Do ponto de vista político e social, a capacidade do país para atender as necessidades básicas de educação e saúde e controlar as altas taxas de desemprego era frágil. Além da condição econômica estrutural, a população brasileira estava crescendo de maneira descontrolada, acompanhada por um rápido processo de urbanização, o que contribuía para aumentar a desigualdade de renda, pobreza e miséria. O processo de industrialização e urbanização do país foi essencial para estimular a entrada das mulheres no mercado de trabalho, já que no passado elas ficavam restritas a determinadas áreas de trabalho, como o serviço doméstico e o trabalho no meio rural (NETO, 2014).

A partir do plano de desenvolvimento regional implementado em 1960, o governo incentivou a descentralização espacial das atividades econômicas através de benefícios fiscais, concessão de crédito e investimentos de empresas privadas e públicas. Essas medidas beneficiaram a região Nordeste que, embora ainda se mantendo como uma economia complementar à indústria do Sudeste, passou a se especializar principalmente na produção de

bens intermediários e na formação de polos agroindustriais. Por outro lado, esse caminho para a industrialização evidencia ainda nos dias atuais uma dependência da região Nordeste em relação ao centro-sul, visível nas relações de trocas de bens e serviços.

Para Celso Furtado, essa desigualdade entre as regiões, que repercute nos níveis de renda e qualidade de vida, tem raízes em fatores estruturais, como a disponibilidade de água e terra arável. A dificuldade em se compreender as características e vocações naturais de cada região do país contribuiu para dificultar o desenvolvimento anterior de uma política de integração nacional, gerando o problema das desigualdades sociais e econômicas entre as regiões. Porém, outros fatores ligados à própria política de manutenção da estrutura de poder de certos grupos dominantes se somaram na definição de um modelo de desenvolvimento desigual (FURTADO, 1961; GTDN, 1967).

A criação da SUDENE também foi resultado de forças sociais organizadas que apoiaram o processo de industrialização, promoveram reformas estruturais e se tornaram o principal órgão de planejamento, financiamento e coordenação de políticas do Nordeste (BARROSO, 2019).

A inserção da região Nordeste na economia nacional a partir dos anos de 1960 contribuiu para o seu desenvolvimento industrial e para o desempenho da economia brasileira. No entanto, a estrutura produtiva foi reconfigurada na medida em que as mudanças no ciclo de acumulação global do capital alteraram a dinâmica das economias brasileira e regional na segunda metade da década de 1970. A situação na década de 1980 era complexa, com crise econômica acompanhada de endividamento externo e escassez de recursos.

As medidas e ações de políticas de desenvolvimento regional foram mantidas até à década de 1980, sendo substituídas por políticas macroeconômicas para estabilizar a economia, como parte do receituário neoliberal na década de 1990. Com essas mudanças na economia nacional, a estrutura do mercado de trabalho sofreu alterações importantes. Nesta época, ganhava força o discurso da globalização e do neoliberalismo, motivando o surgimento de programas de estabilização macroeconômica implementados no Brasil. Com isso, a política regional de desenvolvimento ficou marginalizada, vinculando a integração do Nordeste às políticas macroeconômicas nacionais.

A implementação do projeto neoliberal na economia teve consequências sobre as regiões, especialmente, com a redução das fontes de financiamento antes capitaneadas pela SUDENE. Na estrutura produtiva interna, a relação de troca entre as economias regionais ficou abalada devido à intensificação da concorrência, inclusive por empresas estrangeiras que se beneficiaram com a abertura econômica. Nessa perspectiva, a natureza regional da economia

doméstica, provocada pelo modelo de substituição de importações, foi finalmente alterada (NETO, 2014).

A política liberal de estabilização econômica, a reforma do Estado e a globalização da economia, provocaram mudanças na estrutura produtiva do país, mas também nas instituições políticas e nas relações de trabalho. Formou-se uma conjuntura de baixo crescimento econômico, o que impulsionou o aumento das desigualdades sociais, do desemprego, da pobreza e da informalidade. Diante da realidade de desemprego, milhares de trabalhadores, de todas as regiões e estados do país, passaram a se amontoar nos postos informais, especialmente, nos setores de comércio e serviços (COSTA, MORAES e EÇA, 2011).

Os estados nordestinos que se destacaram e hoje representam o maior impulso econômico regional são Bahia, Pernambuco e Ceará. A maior parcela dos recursos destinados à Paraíba foi direcionada à capital e aos municípios de maior porte. Dentre os investimentos realizados em infraestrutura, merece destaque a edificação de distritos industriais em João Pessoa e Campina Grande (CARVALHO e FARIAS, 2021). O estado da Paraíba tem a quarta menor economia da região, respondendo por 6,5% do PIB do Nordeste (ALVES e ASSIS, 2014).

No tocante a conjuntura atual, o mercado de trabalho paraibano permanece alimentando um volume expressivo de subemprego e atividades com características de informalidade do trabalho. Sob condições insalubres, desprotegidas e precárias. Grande parte dos trabalhadores paraibanos estão inseridos na marginalidade das ocupações, o que se agrava nos pequenos municípios que dependem dos acordos políticos e das transferências de recursos institucionais (CARVALHO e FARIAS, 2021).

A precariedade dos postos de trabalho está concentrada e visível nos centros urbanos das principais cidades do estado, especialmente na capital João Pessoa, e em municípios polo como Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras. São os trabalhadores ambulantes que disputam pequenos espaços no perigo das ruas, ladeiras, calçadas, e em outros ambientes inadequados para o exercício digno e seguro das atividades de trabalho. Contudo, muitos outros trabalhadores informais e invisíveis sobrevivem dos pequenos comércios, serviços e da agricultura de subsistência no interior do estado, especialmente, nas cidades menores.

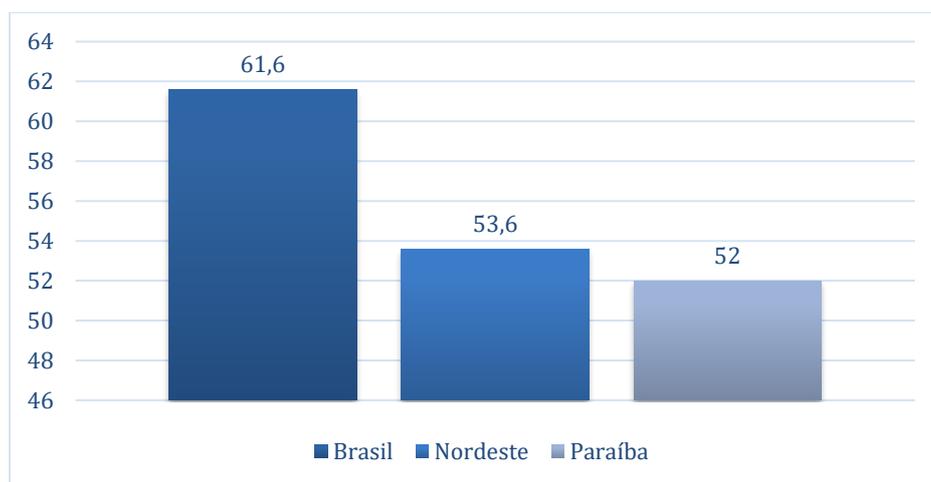
### 3.1 Um panorama do mercado de trabalho no estado da Paraíba de 2015 a 2023

Nesta seção, será construído um panorama do mercado de trabalho no estado da Paraíba com o intuito de apresentar e destacar as condições laborais a partir dos dados obtidos na PNADC/IBGE, para o período de 2015 a 2023.

Entre as variáveis pesquisadas, selecionou-se a população que se encontra na força de trabalho ocupada, desocupada e subutilizada, a taxa de desocupação, jornada de trabalho e o rendimento médio do trabalho principal. A abordagem foi realizada de acordo com o perfil desses trabalhadores, distinguindo-se por sexo, cor, idade, nível de instrução e faixa etária.

Analisando os dados da Gráfico 1, de acordo com a PNADC/IBGE, observa-se a evolução das pessoas que se encontram na força de trabalho a partir de 2015, considerando a participação em nível nacional, estadual e regional. Para o Brasil, revelou-se que no segundo trimestre de 2023, a taxa de participação esteve acima de 60%. Já para a região Nordeste e para o estado da Paraíba, os valores são menores, o que indica, especialmente em nível estadual, a baixa participação das pessoas no mercado de trabalho e, em contrapartida, grande número de pessoas fora desse mercado.

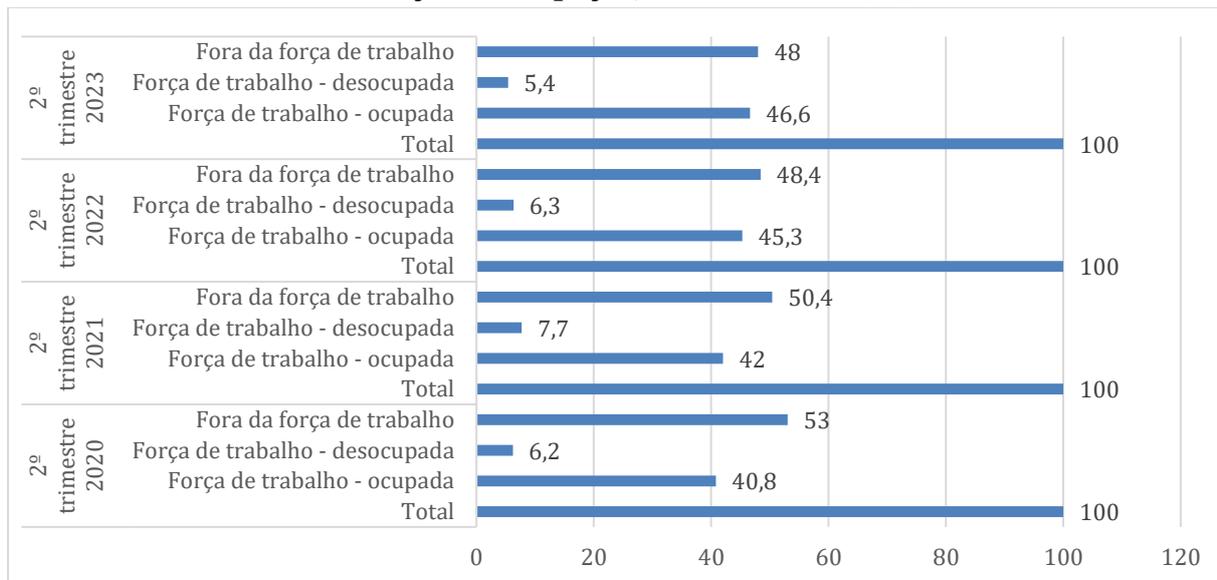
**Gráfico 1: Brasil, Nordeste e Paraíba: Taxa de participação na força de trabalho, na semana de referência, no segundo trimestre de 2023 (%)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

Observando a composição da força de trabalho na Paraíba (Gráfico 2), constata-se a distribuição percentual em relação à força de trabalho e condição de ocupação no estado, no segundo trimestre dos últimos quatro anos. É possível perceber que a população ocupada tem uma tendência de crescimento de 2,5 p.p., em média, ao longo dos anos.

**Gráfico 2 – Paraíba: Distribuição percentual das pessoas em relação à força de trabalho e condição de ocupação, de 2020 a 2023 (%)**

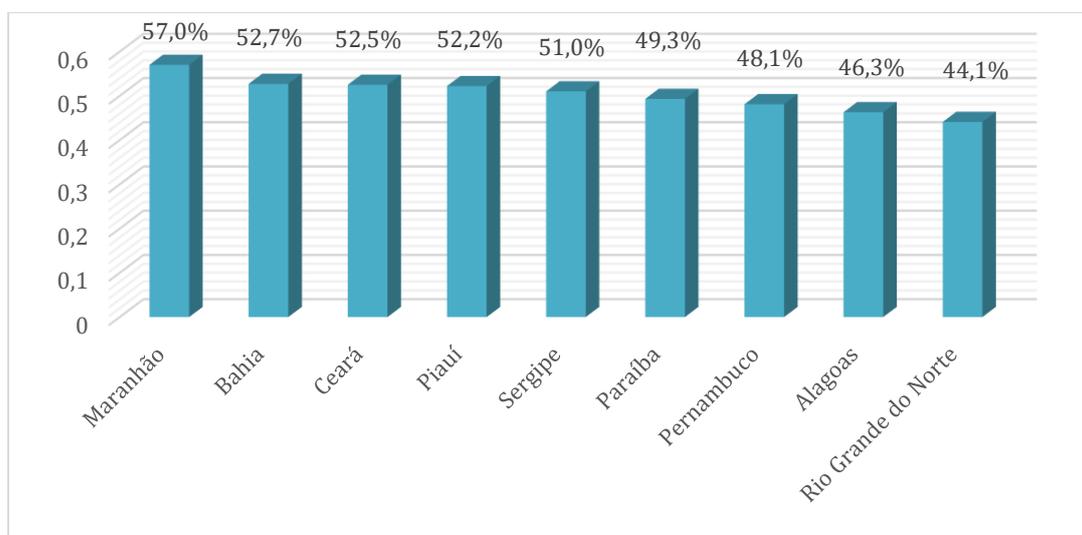


Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

Esse movimento pode ser explicado, especialmente para os anos de 2022 e 2023, devido ao período de recuperação dos postos ativos no mercado de trabalho na fase pós-pandemia da Covid-19, mesmo que venha ocorrendo de forma lenta. A mesma tendência de recuperação pode ser verificada quanto à taxa de desocupação, que passou de 7,7% em 2021 para 5,4% em 2023. Quanto à força de trabalho desocupada, segundo o IBGE, são aquelas pessoas que estavam sem trabalho e disponíveis para trabalhar na semana de referência e realizaram busca efetiva por trabalho no período de referência de 30 dias.

Na comparação entre os estados do Nordeste, no Gráfico 3, observa-se a taxa de informalidade no segundo trimestre de 2023. A Paraíba, na comparação com os demais estados, ocupa a posição de sexto lugar com maior incidência de informalidade, logo depois dos estados do Maranhão, Bahia, Ceará, Piauí e Sergipe.

**Gráfico 3: Taxa de informalidade por estados do Nordeste das pessoas ocupadas na semana de referência, no 2º trimestre de 2023 (%)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

Ao fazer a checagem dos dados com o ano anterior, houve retração da taxa de informalidade, efeito que pode ser justificado pelo movimento de recuperação de postos de trabalho, em função de uma melhora nos indicadores econômicos na fase pós-pandemia.

### 3.1.2 Ocupação por gênero e raça

Passando para uma análise com enfoque em gênero, na Tabela 2, destaca-se a taxa de participação da força de trabalho das mulheres e dos homens no estado da Paraíba, no segundo trimestre de 2023. Identificou-se uma diferença em 20,8 p.p. a mais de participação para os homens em relação às mulheres em todo estado. Para a capital de João Pessoa, essa diferença foi de 20,1 p.p., evidenciando a predominância na mão de obra masculina na força de trabalho. Assim como se observou na taxa de participação, o nível de ocupação também demonstrou taxas maiores para os homens em todos os períodos, sendo que essa diferença em João Pessoa é maior em 21,7 p. p. para os homens.

Quanto ao nível de desocupação, as mulheres apresentam 0,7 p.p a mais que os homens na unidade da federação. Para a capital essa diferença foi mais acentuada em 1,6 p.p a mais para as mulheres. A taxa de desocupação, conseqüentemente, segue a mesma tendência com

uma diferença de 2,9 p.p a mais para as mulheres no estado; na cidade de João Pessoa essa diferença foi mais marcante em 6,6 p.p..

A taxa de informalidade foi mais expressiva para os homens em todo estado, e menor para João Pessoa, tendo em vista ser esta que concentra o maior dinamismo econômico e o maior número de ocupações no trabalho. Como os homens constituem o maior número de pessoas na força de trabalho, sua presença no trabalho informal também se acentua.

**Tabela 1– Paraíba: Pessoas na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho e em situação de informalidade, por gênero, no 2º trimestre de 2023 (%)**

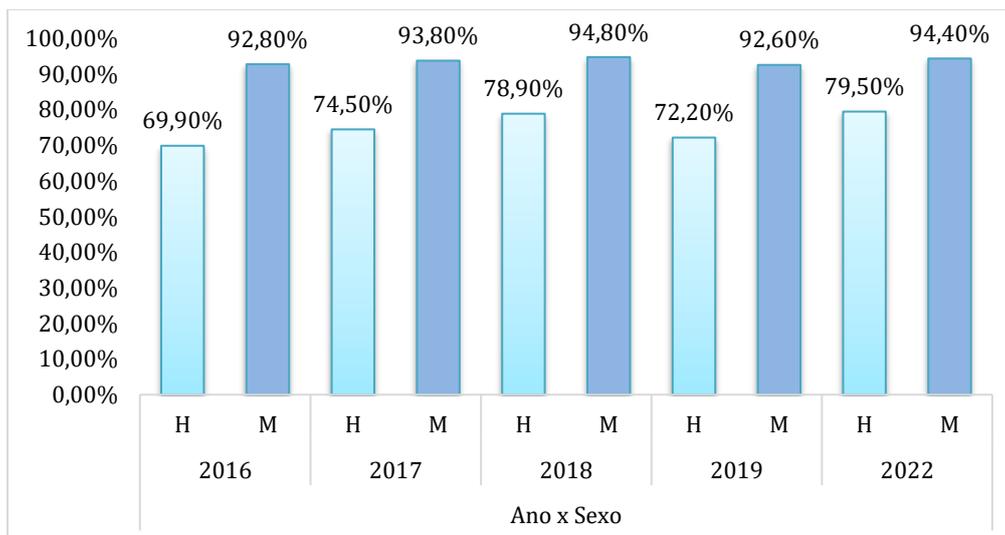
Variável	Homens		Mulheres	
	Paraíba	RM João Pessoa	Paraíba	RM João Pessoa
Taxa de participação (%)	62,8	69,3	42,0	49,2
Nível da ocupação (%)	57,0	63,8	36,9	42,1
Nível de desocupação (%)	5,8	5,5	5,1	7,1
Taxa de desocupação (%)	9,2	7,9	12,1	14,5
Taxa de informalidade (%)	51,3	36,5	46,3	35,7

Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

Os indicadores demonstraram a consolidação de um processo histórico que reproduz uma distribuição conservadora da força de trabalho no estado da Paraíba, dando preferência aos homens nos postos ativos remunerados de trabalho. A divisão sexual do trabalho pode ser uma das justificativas na medida em que mantém a mentalidade de que os homens são os principais provedores, enquanto a mulher está associada às tarefas domésticas, de cuidados e ao trabalho não remunerado. Por outro lado, no trabalho remunerado das mulheres, as principais atividades em que se concentram estão relacionadas aos serviços domésticos, de educação, estética e outras atividades que reforçam a estrutura desigual no trabalho por gênero.

No Gráfico 4, ficou mais evidente esse efeito da divisão sexual do trabalho quando se compara a taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio. As mulheres, em todos os anos, se sobressaem com um intervalo entre 92% e 95%. No caso dos homens, o intervalo foi de 69,9% a 79,5% de participação nesse tipo de trabalho. Devido à pandemia da Covid-19, o tema dos modos de trabalho alternativos não foi considerado na pesquisa em 2020 e 2021, sendo retomado novamente em 2022. Os resultados incluem o domínio contínuo da PNAD em 2021 para contabilizar as projeções populacionais por sexo e faixa etária.

**Gráfico 4 – Paraíba: Taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio para as pessoas ocupadas, por sexo, de 2016 a 2022 (%)**

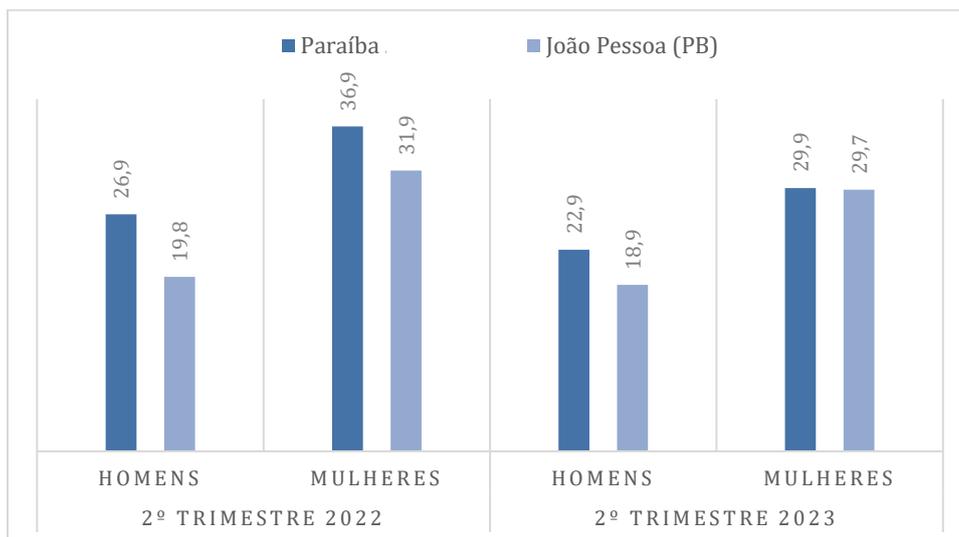


Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

A taxa de subutilização da força de trabalho é um indicador importante, pois pode alertar para a situação de precariedade do trabalho. Este indicador agrega os trabalhadores a tempo parcial desempregados, subempregados, a população inativa que procura trabalho, mas não trabalha, e a população inativa que está desempregada, mas não procura trabalho, e também a população ativa que trabalha menos do que poderia.

O Gráfico 5 apresenta a taxa de subutilização da força de trabalho para homens e mulheres no estado da Paraíba e em sua capital. Nas duas delimitações geográficas, as mulheres compõem a maior parte da força de trabalho subutilizada, apresentando uma diferença entre homens e mulheres que chegou a 10 p.p. no estado, com maior subutilização do trabalho feminino no segundo trimestre de 2022; já para o ano de 2023, essa diferença foi 7 p.p.. Para a capital paraibana, a diferença foi de 10,8 p.p. para as mulheres em 2022, caindo para 2,2 p.p. no mesmo período do ano seguinte. No caso dos homens, a taxa apresentou a mesma tendência, no entanto, com valores mais baixos.

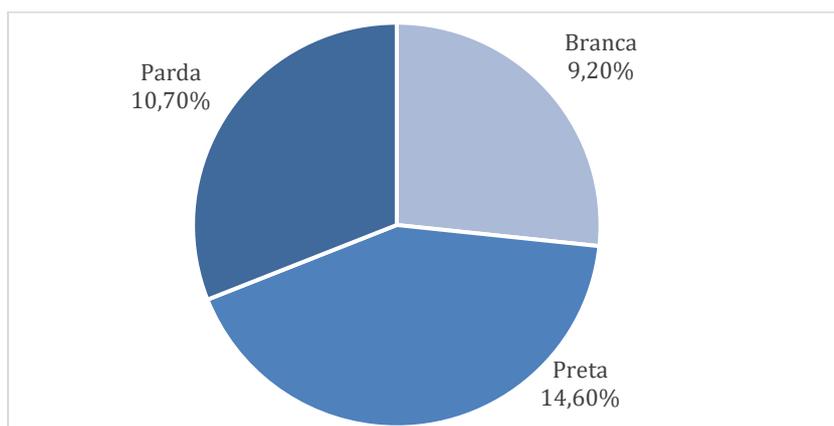
**Gráfico 5 - Paraíba e João Pessoa: Taxa composta de subutilização da força de trabalho, por sexo, das pessoas na força de trabalho, no 2º trimestre de 2022 e 2023 (%)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

A partir da percepção sobre cor e raça, no Gráfico 6, observa-se a taxa de desocupação na Paraíba para as pessoas que se autodeclaram como branca, preta ou parda. Verificou-se que os pretos têm a maior taxa de desocupação no estado, com 5,4 p. p. a mais que os brancos e 3,9 p.p. a mais que os pardos. Ao longo dos anos, essa diferença vem se consolidando entre as raças. Isso mostra os efeitos da desigualdade racial e o preconceito ainda inserido no mercado de trabalho como um racismo que tem raízes históricas, o que contribui para a reprodução das desigualdades sociais. Nesse sentido, “As desigualdades sociais no Brasil têm como um dos alicerces as desigualdades raciais, as quais se expressam na reprodução da pobreza e exclusão e são muito expressivas na vida profissional” (CEPINHO e MENNOCCHI, p. 4, 2018.).

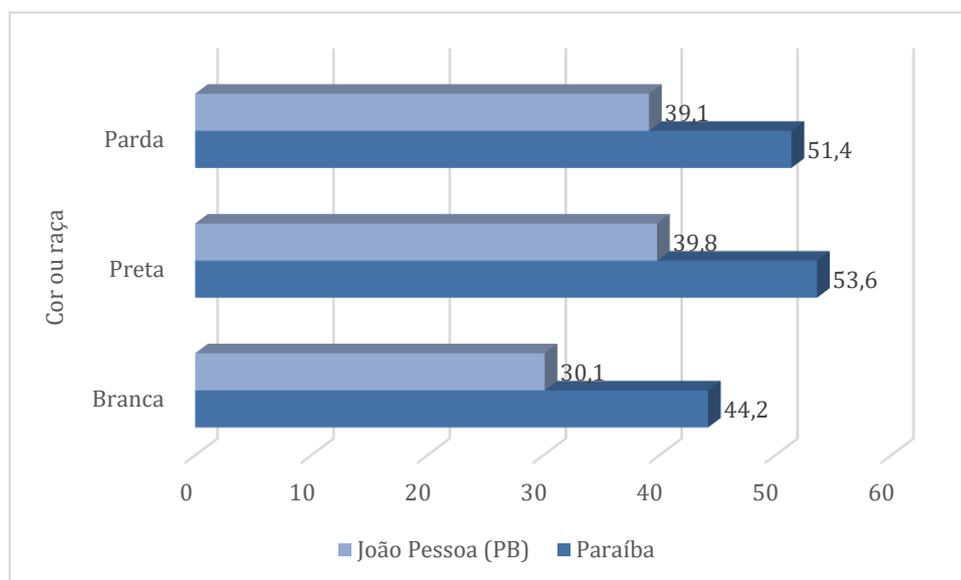
**Gráfico 6 - Paraíba: Taxa de desocupação, na semana de referência, por cor ou raça no segundo trimestre 2023 (%)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

A mesma tendência ocorre com relação ao indicador de taxa de informalidade, conforme demonstrado no Gráfico 7. Os não brancos (pretos e pardos) têm a maior taxa de informalidade, tanto no estado quanto na capital paraibana. Do mesmo modo ocorre com a taxa de subutilização que também foi maior para os autodeclarados não brancos. Segundo o IBGE, nas ocupações formais de trabalho, se tem baixa aderência de não brancos a cargos de gestão.

**Gráfico 7 – Paraíba e João Pessoa: Comparação da taxa de informalidade entre cor e raça das pessoas ocupadas na semana de referência, no segundo trimestre de 2023 (%)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

### 3.1.3 Rendimento por sexo e raça

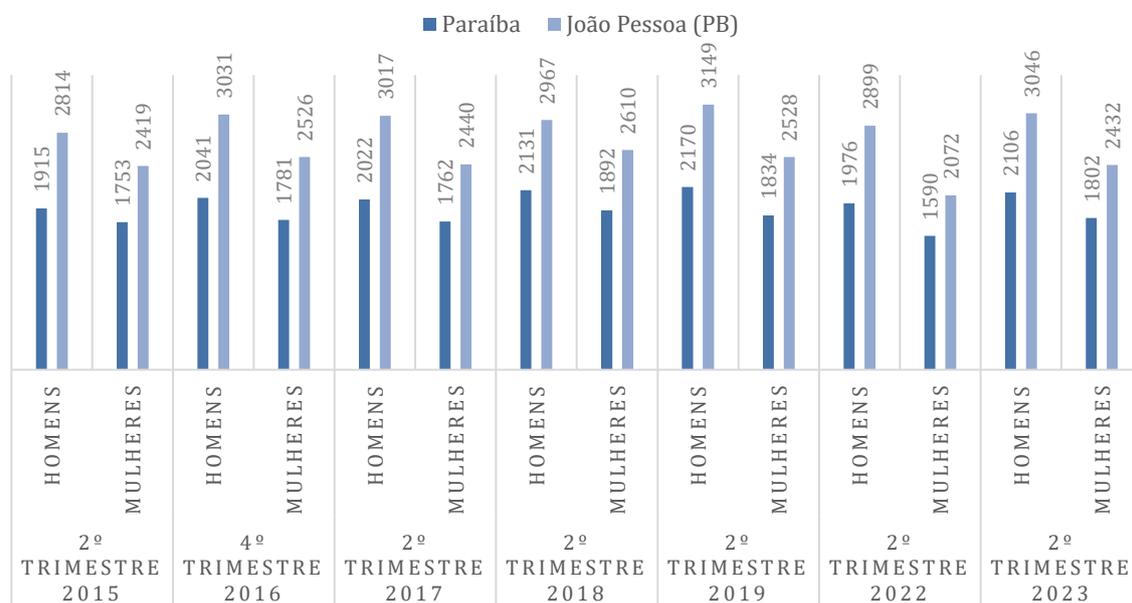
Analisando o rendimento médio do trabalho principal, recebido mensalmente por pessoas ocupadas de 2015 a 2023<sup>2</sup>, constata-se a diferença de renda quando o recorte é por gênero (Gráfico 8). Como se trata do rendimento do trabalho principal, essa diferença pode ocorrer devido ao fato de que os homens apresentam as maiores faixas salariais no trabalho ocupado formal. O rendimento médio recebido pelas mulheres é afetado, em parte, porque

<sup>2</sup> Os dados referentes aos anos de 2020 e 2021 foram omitidos na série produzida pela PNADC, tendo em vista que na fase da pandemia o IBGE realizou pesquisa específica sobre os indicadores sociais e de mercado de trabalho, o que pode ser obtido na PNAD-COVID. Assim, os dados que se seguem manterão o mesmo padrão apresentado pela PNADC. Para mais informações, acessar PNAD-COVID, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html>

muitas mulheres se responsabilizam em maior proporção pelos afazeres domésticos e cuidados (filhos e parentes), assumindo ocupações com menores jornadas de trabalho e remunerações, conforme discutido em seção anterior.

Observando os valores no Gráfico 8, é possível verificar que a taxa de crescimento do rendimento no período de 2015 a 2023, para as mulheres na capital João Pessoa foi 0,53%, enquanto para os homens foi 8,2%. Na Paraíba, esse mesmo indicador para os homens foi 9,9%, e para as mulheres 2,79%. O coeficiente de variação para o sexo masculino foi 10% e para o feminino 8,5%, em João Pessoa. Já para o estado, essa taxa para os homens foi de 6,2% e para as mulheres 5,3%, evidenciando que as mulheres tiveram variação menor ao longo desses anos, reduzindo seus rendimentos em comparação aos homens. A diferença salarial constitui um importante marcador da desigualdade de gênero no trabalho.

**Gráfico 8 - Paraíba e João Pessoa: Rendimento médio real, efetivamente recebido no mês de referência, de todos os trabalhos, por sexo, de 2015 a 2023 (R\$)**



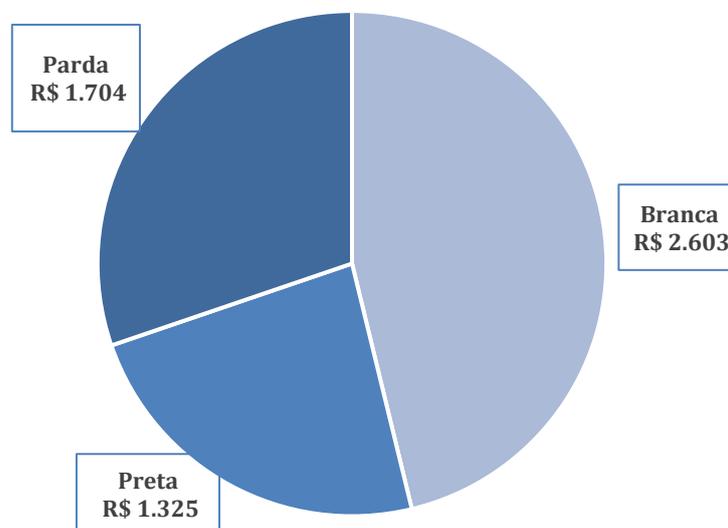
Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

Fazendo o recorte em relação a cor/raça, no Gráfico 9, observa-se que, no geral, o rendimento médio real cresceu para a população branca e preta ou parda, no período de 2015 a 2023. Porém, não ocorreu de forma proporcional, tendo em vista encontrarmos divergências no rendimento médio real do trabalho principal por raça na Paraíba.

A diferença média foi de R\$ 899 a menos no rendimento do trabalho principal para a população parda em relação à branca. Para os pretos, essa discrepância foi de R\$ 1.251 em relação aos brancos. De acordo com o IPEA (2011, p. 31), a distribuição racial da riqueza é

incontestável e a população negra segue sub-representada entre os mais ricos e sobre-representada entre os mais pobres. Então, as pessoas pretas ou pardas estão, na grande maioria, classificadas com rendimentos mais baixos em relação à população branca.

**Gráfico 9 – Paraíba: Rendimento médio real, recebido no mês de referência, de todos os trabalhos, por cor, no 2º trimestre de 2023 (R\$)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

A taxa de crescimento do rendimento mensal do trabalho principal, na Paraíba, alcançou 9,5% para a população parda, para os brancos 10,7% e para os pretos houve crescimento negativo de -23,71%. Considerando o coeficiente de variação na Paraíba, para os brancos a taxa foi 8,1%, para os pretos 7% e para os pardos 4,7% no segundo trimestre de 2023. O rendimento médio real cresceu para os trabalhadores brancos e pardos. Porém, para os pretos houve uma redução de R\$ 457 em relação ao segundo semestre do ano anterior, o que comprova a discrepância de renda entre as raças.

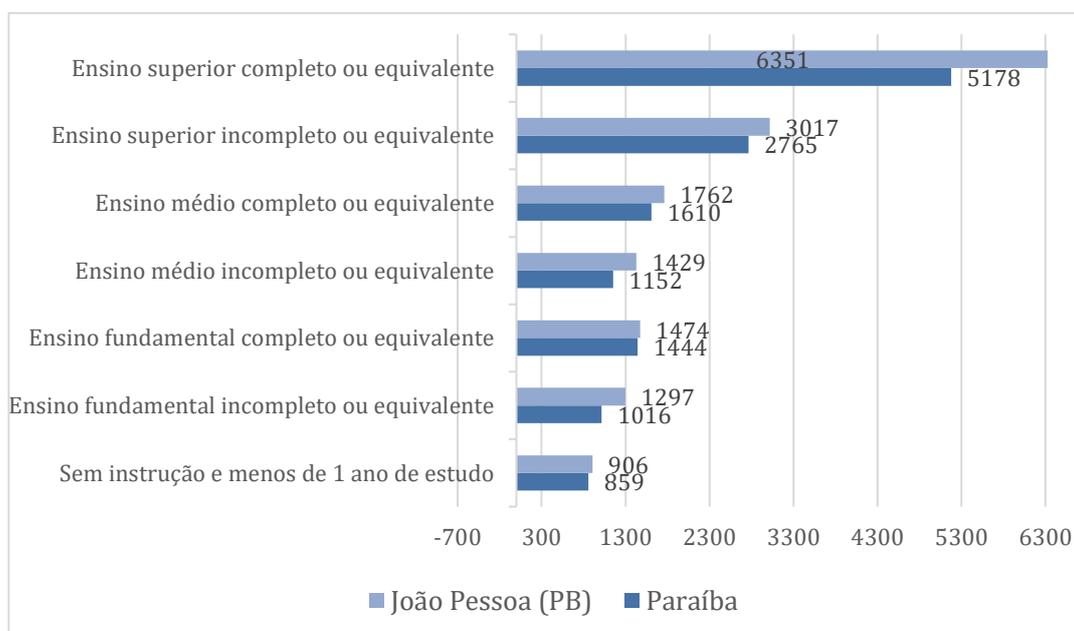
### 3.1.4 Rendimento médio por instrução

O Gráfico 10 destaca o rendimento médio do trabalho principal efetivamente recebido no mês para o estado da Paraíba e para a capital. Os maiores rendimentos estão concentrados nos níveis de instrução mais elevados. Em João Pessoa, verifica-se a maior participação da força de trabalho em ocupações formais, assim como a presença de trabalhadores com o nível

de instrução mais elevado em relação aos demais municípios. Além disso, concentram-se cargos na esfera administrativa estadual e postos de liderança em empresas privadas que pagam salários mais elevados.

Considerando o coeficiente de variação no segundo trimestre de 2023, o estado da Paraíba obteve 6% para o nível sem instrução, 3,3% para o fundamental incompleto, 8% para o fundamental completo, 5,9% para o médio incompleto e 7,5% para o médio completo. A taxa mais expressiva se encontra no ensino superior, sendo o superior incompleto com 16,2% e o completo 9,3%.

**Gráfico 10 - Paraíba e João Pessoa: Rendimento médio real, recebido no mês de referência, de todos os trabalhos, por nível de instrução, 2º trimestre de 2023 (R\$)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

Para João Pessoa esse coeficiente de variação aparece maior em todos os níveis. O sem instrução apresentou taxa de 11,8%, o fundamental incompleto 5,4%, o completo 8,7%, o ensino médio incompleto 11,6% e o médio completo 5,5%. No tocante ao nível superior incompleto, a taxa foi 11,2% e no nível superior completo 13%. Desse modo, pode-se dizer que a relação entre o grau de instrução é positiva, porém os ganhos não são lineares em função da conclusão dos níveis educacionais, fundamental, médio e superior.

### 3.1.5 Rendimento médio por agrupamento de atividades

Os dados da Tabela 2, apresentam o rendimento médio quanto ao agrupamento de atividades no trabalho principal para o estado da Paraíba. Foi possível identificar que a atividade que exibiu o maior rendimento foi a administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais que, no geral, estão diretamente ligadas a cargos da gestão pública. Contudo, estas funções apresentaram taxa de crescimento negativa de -3,5%. Já para as atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, houve crescimento nos rendimentos de 0,83%.

É importante registrar que nos anos de pandemia, 2021 e 2022, os rendimentos do trabalho sofreram forte impacto, especialmente nas ocupações que estão associadas às situações mais instáveis de trabalho no comércio e serviços.

**Tabela 2 - Paraíba: Rendimento médio real, recebido no mês de referência, do trabalho principal, por grupamentos de atividade de 2019 a 2023 (R\$)**

Grupamento de atividade no trabalho principal	4º trim. 2019	4º trim. 2020	4º trim. 2021	4º trim. 2022	4º trim. 2023
Total	1978	2299	1841	1923	1975
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	805	775	751	840	1200
Indústria geral	1592	1518	1492	1675	1799
Indústria de transformação	1480	1383	1336	1518	1571
Construção	1452	1320	1212	1324	1338
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1838	1688	1479	1530	1622
Transporte, armazenagem e correio	1650	1496	1917	1757	2046
Alojamento e alimentação	1474	1286	1182	1202	1291
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2636	5064	3364	2881	2658
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	3546	3963	3397	3573	3421
Outros serviços	1657	1303	1193	1399	1354
Serviços domésticos	699	703	701	700	750
Atividades mal definidas	1529	-	220	-	1800

Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

Por outro lado, foi observado que o setor da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura se destacou com os menores rendimentos. Muitas ocupações neste setor estão associadas a uma força de trabalho com baixa escolaridade, trabalho familiar não

remunerado, trabalhos artesanais na produção para o próprio consumo, informalidade e com baixa incorporação de tecnologia. Os serviços domésticos também apareceram com rendimentos inferiores em relação às outras ocupações. As atividades geralmente desempenhadas neste setor são realizadas por mulheres, negras, com baixo nível de escolaridade, informalidade e rendimentos precários.

### **3.1.6 Jornada de trabalho por gênero e raça**

Analisar a jornada de trabalho das pessoas ocupadas é importante para compreender outras condições dos trabalhadores quanto à produtividade do trabalho e rendimentos. A partir dos dados do Gráfico 11, observa-se a média das horas trabalhadas habitualmente na Paraíba e em João Pessoa, por gênero, no segundo trimestre de 2023. No estado, os homens trabalharam, em média, 38,8 horas e, as mulheres cumpriram jornada de trabalho média de 34,4 horas, no trabalho principal, ou 4,4 horas a menos.

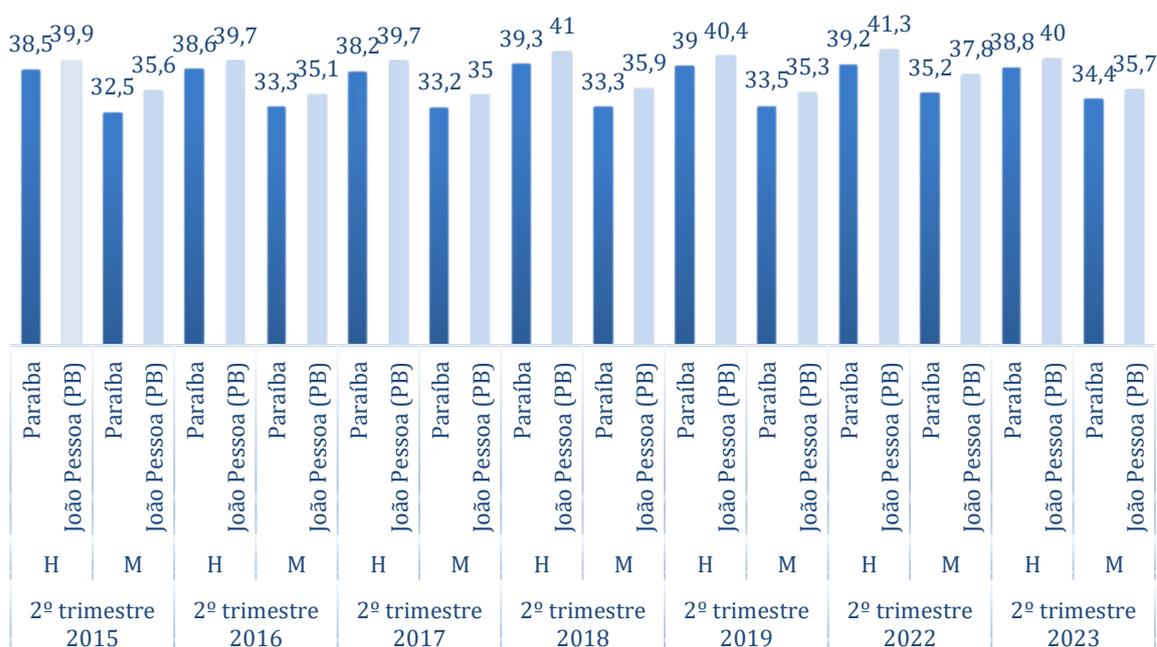
Quando se considera o período de 2015 a 2023, essa discrepância nas horas trabalhadas entre homens e mulheres chegou a alcançar diferença de 6 horas a mais de trabalho para os homens no segundo trimestre de 2015, no estado da Paraíba. Nesse período todo analisado, as mulheres registraram taxa de crescimento de 5,8% nas horas trabalhadas, enquanto os homens tiveram variação menor de 0,77%, o que indica maior regularidade nas horas trabalhadas para os homens.

A mesma tendência se verifica quando passamos a observar a cidade de João Pessoa. No segundo trimestre de 2023 os homens trabalharam, em média, 40 horas por semana e as mulheres 35,7 horas. O auge foi atingido no segundo trimestre de 2022, período em que os homens passam a trabalhar 41 horas semanais, em média, e as mulheres 37,8 horas, o que pode ser atribuído ao movimento de recuperação de ocupações de trabalho na fase pós pandemia da Covid-19. A taxa de crescimento para as mulheres foi 0,2% e para os homens 0,25%, considerando o mesmo comparativo de 2015 a 2023.

Embora se verifique uma elevação das horas trabalhadas no período para ambos os sexos, a jornada média de trabalho das mulheres é sempre inferior à dos homens, o que pode refletir alguma limitação da integração do trabalho feminino no mercado de trabalho, resultante das tarefas que são atribuídas às mulheres como extensão do trabalho reprodutivo. A responsabilidade amplamente reconhecida de cuidar da casa e dos filhos torna difícil realizar uma carga de trabalho maior no mercado de trabalho em comparação ao modo como os homens

desempenham suas funções produtivas. No entanto, a jornada total de trabalho do sexo feminino é sempre superior ao dos homens, tendo em vista somar o tempo do trabalho produtivo e reprodutivo. Desse modo, compreende-se que a divisão sexual do trabalho continua a exercer impacto sobre as condições de sobrevivência das mulheres.

**Gráfico 11 - Paraíba e João Pessoa: Média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal, por sexo de 2015 a 2023 (horas de trabalho)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

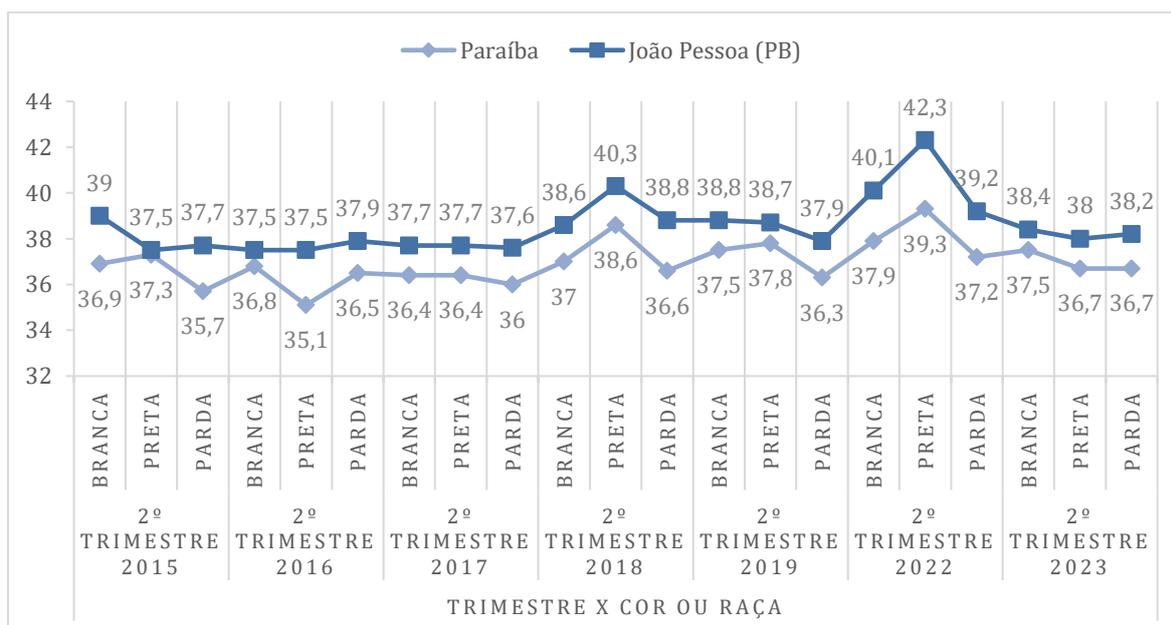
Esta hierarquia entre homens e mulheres não foi produzida em si pelo capitalismo, mas foi exacerbada pela expansão dos valores patriarcais que foram reportados na divisão sexual do trabalho, o que contribuiu para a disponibilidade das mulheres no mercado de trabalho, cumprindo múltiplas jornadas de trabalho. Parte do trabalho feminino torna-se invisível e as trabalhadoras ignoradas, não remuneradas ou mal pagas, ao mesmo tempo que assumem responsabilidades no trabalho doméstico e de cuidados (HIRATA, 2016). Esta lógica de reprodução do trabalho feminino contribui para a manutenção da pobreza das mulheres, notadamente, em economias pouco desenvolvidas e com limitadas oportunidades de criação de renda, como é o caso do estado da Paraíba.

Partindo para uma percepção relacionada a cor/raça, comparando as pessoas que se autodeclararam como brancas e não brancas (pretos e pardos), verifica-se no Gráfico 12 a média de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal. O comportamento dessa variável reforça a percepção sobre desigualdade racial dentro do mercado de trabalho.

No estado da Paraíba, essa média para os que se declararam como não brancos (pretos\pardos) foi de 36,5 horas, no segundo trimestre de 2023, apresentando uma diferença de 0,8 horas a mais trabalhadas em relação aos brancos. A taxa de crescimento no intervalo analisado de 2015 a 2023 foi negativa de -1,6%, para os trabalhadores pretos. Já para os pardos, essa taxa alcançou 2,8% e, para os brancos, houve aumento de 1,62%, no mesmo período.

Para João Pessoa, os indicadores se mostraram ainda expressivos da desigualdade por cor. Seguindo a tendência do estado com mais horas para os pretos, foi registrada média de 38 horas semanais. Considerando o recorte temporal de 2015 a 2023, identificou-se um aumento nas horas trabalhadas para os não brancos (pretos\pardos) de 0,5 horas na semana; já para os brancos, houve uma diminuição de 0,2 horas na semana de referência.

**Gráfico 12 - Paraíba e João Pessoa: Média de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo cor/raça, de 2015 a 2023 (horas de trabalho)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

De acordo com os dados apurados, ficou perceptível que a quantidade de horas trabalhadas dos pretos é superior à dos brancos, com destaque para os anos de 2018 e 2022, tanto na unidade federativa quanto na capital. Porém, os rendimentos médios dos não brancos

são inferiores aos dos brancos, mesmo quando as horas de trabalho se equivalem a dos brancos. Estes últimos podem apresentar rendimentos pelo menos duas vezes mais altos do que os rendimentos das pessoas pretas, o que pode indicar que os não brancos estão normalmente em trabalhos de subordinação e com baixos rendimentos.

Desse modo, as diferenças raciais ainda impactam sobre o mercado de trabalho, compreendidas como fatores de ordem histórica e estrutural no Brasil, afetando os rendimentos e, conseqüentemente, contribuindo para a pobreza dos não brancos (pretos e pardos), e diminuindo o acesso às oportunidades como saúde, escolaridade e moradia digna. Os setores que têm mais cargos de poder e exigem maior nível de escolaridade, como políticos, gestores e diretores de empresas, por exemplo, tem menos representatividade dos não brancos (pretos, pardos). A sociedade relegou a estes a maioria no subemprego e ocupações informais, com jornadas mais longas e extensivas de trabalho.

### **3.1.7 Jornada de trabalho por nível de instrução**

Considerando a abordagem do mercado de trabalho por nível de instrução, destaca-se a média de horas trabalhadas por escolaridade na cidade de João Pessoa e no estado da Paraíba. O nível de instrução é um dos fatores para a inserção de qualidade das pessoas no mercado de trabalho. Conforme apresentado em seção anterior, as pessoas sem nível de instrução ou com apenas um ano de estudo são as mais marginalizadas no mercado de trabalho e estão mais suscetíveis a compor os espaços do trabalho informal.

A Tabela 3 exibe a média de horas habitualmente trabalhadas, por nível de instrução, no estado da Paraíba e em João Pessoa, entre os segundos trimestres de 2018 a 2023. É possível destacar que para as pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo no estado da Paraíba, observou-se uma variação de menos uma hora de trabalho do início ao fim da série. No tocante à cidade de Joao Pessoa, foram reduzidas duas horas.

Já para o nível fundamental incompleto no estado, a média de horas se manteve em 36, e para João Pessoa teve uma queda de duas horas. No ensino fundamental completo, aumentou uma hora para o estado e diminuiu duas horas de trabalho para a capital. Para o ensino médio incompleto, constatou-se queda de uma hora em João Pessoa, o mesmo ocorrendo para o estado. No ensino médio completo se manteve em 40 horas para a cidade e aumentou em uma hora para o estado.

**Tabela 3 - Paraíba e João Pessoa: Média de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal, por nível de instrução, de 2018 a 2023 (horas de trabalho)**

Nível de instrução	Paraíba				João Pessoa (PB)			
	2º trim. 2018	2º trim. 2019	2º trim. 2022	2º trim. 2023	2º trim. 2018	2º trim. 2019	2º trim. 2022	2º trim. 2023
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	36	35	36	35	40	37	39	38
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	36	36	36	36	39	39	41	37
Ensino fundamental completo ou equivalente	38	37	38	39	42	40	41	39
Ensino médio incompleto ou equivalente	37	37	37	36	37	39	39	36
Ensino médio completo ou equivalente	38	38	39	39	40	39	41	40
Ensino superior incompleto ou equivalente	34	35	38	39	35	36	38	38
Ensino superior completo ou equivalente	36	36	37	37	37	38	38	38

Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

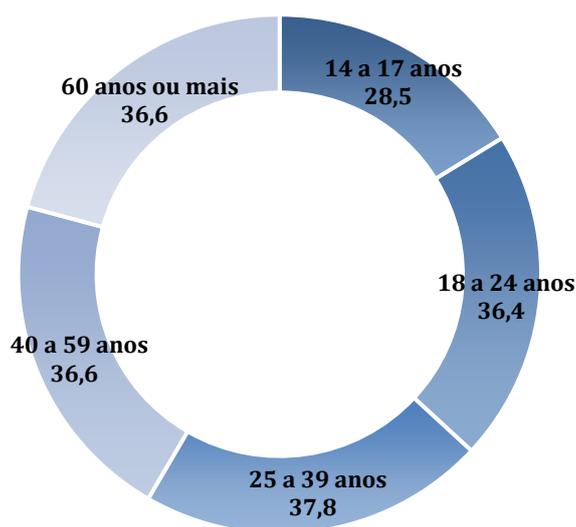
No ensino superior incompleto para o estado obteve-se uma variação positiva de 5 horas e, para João Pessoa, essa variação representou 3 horas a mais. Já para o nível superior completo essa variação foi positiva em 1 hora a mais para ambos. Para todos os níveis de instrução, as horas de trabalho foram mantidas em um intervalo de 35 e 40 horas. Porém, quando comparamos os rendimentos, ficou perceptível que os níveis de escolaridade mais baixa são impactados com remunerações menores.

### 3.1.8 Jornada de trabalho por faixa etária

Nesta subseção, considerou-se os dados sobre a média de horas trabalhadas por faixa etária no estado da Paraíba, no segundo trimestre de 2023 (Gráfico 13), para pessoas a partir de 14 anos até 60 anos ou mais de idade.

O grupo com a menor média de horas foi o de adolescentes (14 a 17 anos) que apresentou 28,5 horas trabalhadas na semana de referência. Esse comportamento é aceitável, tendo em vista que estes indivíduos ainda se encontram estudando e podem estar ocupados com jornadas menores de trabalho. Entre 2015 e 2023, foi observado o aumento nas horas trabalhadas nesse grupo, com uma taxa de crescimento de 19,74% e um coeficiente de variação de 8,4%, significando um aumento da participação dos adolescentes no mercado de trabalho.

**Gráfico 13 – Paraíba: Média de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, no 2º trimestre 2023 (horas de trabalho)**



Fonte: PNADC/ IBGE. Elaboração própria, 2023.

Para o grupo de jovens (18 a 24 anos) a média foi de 36,4 horas semanais no trabalho principal, com um coeficiente de variação de 16% no segundo trimestre de 2023. Esse grupo também apresentou uma tendência de crescimento nas horas de trabalho semanal, com taxa de crescimento de 1,1% entre 2015 e 2023. Os grupos com faixa etária mais jovens encontram mais barreiras para a entrada no mercado de trabalho formal, normalmente em decorrência da falta de experiência e da necessidade de elevar o nível de instrução, o que pode induzir esse público a aceitar, por necessidade de sobrevivência, ocupações precárias e com rendimentos menores.

A faixa etária de jovens adultos (25 a 39 anos) obteve média de 37,8 horas, sendo o grupo com mais horas trabalhadas em quase todos os períodos, e com um coeficiente de variação de 0,9%. Para o grupo de adultos (40 a 59 anos), registrou-se média de 36,6 horas e

coeficiente de variação de 1%. No caso dos idosos (60 anos ou mais), o coeficiente de variação alcançou 2,4%.

Ficou perceptível o aumento das horas trabalhadas em todas as faixas etárias. Em geral, o rendimento dos grupos de idade com mais horas trabalhadas são os que auferem os maiores rendimentos.

Os dados analisados demonstram que no estado da Paraíba ainda se reproduz uma estrutura conservadora nas ocupações de trabalho, possivelmente resultantes de uma estrutura econômica pouco inovadora e competitiva. Contudo, o conservadorismo não se justifica apenas pela estrutura econômica, mas também pelo arcabouço histórico, social e político que sustenta a exploração da força de trabalho por gênero e raça.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se propôs analisar o cenário do mercado de trabalho na Paraíba, tendo como justificativa demonstrar as características laborais também como produto das desigualdades sociais e estruturais na sociedade. Nesse contexto, observou-se conformação do trabalho informal, enfatizando a condição de gênero e raça, a partir da comparação de rendimentos e ocupações, permitindo-se formar o perfil dos trabalhadores no estado da Paraíba.

Entre 2015 e 2023, no tocante a evolução da força de trabalho na Paraíba, verificou-se crescimento da taxa de desocupação ao longo dos anos, com destaque para as mulheres e as pessoas não brancas. Por consequência, são esses os grupos com maior participação na economia informal, com destaque para as mulheres negras, apresentando a maior vulnerabilidade quanto ao tipo de ocupação e aos rendimentos. Em relação à faixa etária, observou-se que os jovens têm a maior taxa de desocupação.

Analisando os indicadores de rendimentos, foi observado que as mulheres apresentaram rendimento médio real menor que o dos homens, resultado que encontra razões na divisão sexual do trabalho. A diferença desse rendimento é mais acentuada em favor daqueles que se declararam como brancos.

Quanto ao tempo de trabalho, verificou-se que os homens registraram as maiores médias de horas trabalhadas, sendo o reflexo na diferença de disponibilidade ao trabalho por gênero, pois a mulher é destinada às obrigações de cuidados familiares e das atividades domésticas, com menor disponibilidade para o trabalho fora de casa. Muitas mulheres ainda realizem trabalho invisível e se submetem a ocupações mal remuneradas.

Essa situação se aprofunda quando a variável cor foi incorporada na análise, registrando que os pretos apresentam uma média de horas superior, o que pode estar relacionado ao fato de precisarem realizar mais de uma ocupação para compor a renda. Ainda quanto ao trabalho doméstico, observa-se uma relação de subordinação entre as raças.

A partir da pesquisa realizada foi possível compreender as principais características do mercado de trabalho no estado da Paraíba, visando alcançar os objetivos inicialmente propostos. Compreende-se que as informações obtidas ganham sentido na medida em que podem ser observadas como parte de um processo histórico de desenvolvimento da estrutura produtiva. Assim, o perfil da força de trabalho no estado da Paraíba traduz as condições da realidade local, considerando os avanços e os déficits no seu desenvolvimento econômico e social. A pesquisa indicou que as desigualdades no mercado de trabalho paraibano devem ser compreendidas por

diferentes dimensões, o que merece ações de enfrentamento por parte da sociedade e da gestão pública, numa parceria entre estados, municípios e setor privado, com o intuito de dinamizar as potencialidades produtivas locais e gerar condições dignas de sobrevivência das pessoas por meio do trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Souza e ASSIS, Renato Silva de. **A dinâmica do mercado de trabalho paraibano nas décadas de 1990 e 2000**. In: OLIVEIRA, Roberto Veras de. Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas. Campina Grande: Eduepb, 2014.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro e LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cad. Pesqui.** vol.43 no.149. São Paulo maio/ago. 2013.

BARROSO, Nielly Lima. As condições da (des) igualdade na inserção da mulher no mercado de trabalho no Nordeste. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16771>. Acesso em: 7 nov. 2023.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Revista Mediações**, Londrina: v. 20, n.2, p.27-55, jul/dez., 2015.

BORGES, N.. **A Evolução Recente da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro: perspectiva social e econômica (Trabalho de Conclusão de Curso)**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2009.

BRUSCHINI, C. e LOMBARDI. M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, 2000.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 153–174, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>. Acesso em: 7 nov. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 2011. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?amp=1&gclid=CjwKCAiA3aeqBhBzEiwAxFiOBiJZ6qvE\\_1a\\_F1tu1IFh1BW15EtxW7RhD1Fsv0fw\\_zFKubSP1XqHaBoCGXwQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?amp=1&gclid=CjwKCAiA3aeqBhBzEiwAxFiOBiJZ6qvE_1a_F1tu1IFh1BW15EtxW7RhD1Fsv0fw_zFKubSP1XqHaBoCGXwQAvD_BwE). Acesso em: 7 nov. 2023.

CARVALHO, Rejane Gomes e FARIAS, Wanderleya dos Santos. As condições diferenciadas de desenvolvimento nas mesorregiões da Paraíba. In: OLIVEIRA, R. V. de e RODGERS, G. (Orgs.). **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2021.

CEPINHO, Bianca Oliveira; MENNOCCHI, Lauren. **O racismo institucional no mercado de trabalho: uma revisão integrativa de literatura**. XXII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica, XVIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VIII Encontro de Iniciação à Docência-Universidade do Vale do Paraíba. Paraíba, 2018.

COSTA, Márcia da S.; MORAES, Aline F. Guerra; EÇA, Suzana Sitônio. **Trabalhadores de rua: exclusão, viração, incerteza, marginalidade. O caso dos flanelinhas**. In: OLIVEIRA,

Roberto V. de, GOMES, Darcilene e TARGINO, Ivan (Orgs.). Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLES, Renata Garcia Simões. **Metodologia da pesquisa científica:** diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Rev. para. med. 2009. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/150/o/Anexo\\_C8\\_NONAME.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf) Acesso em: 07 nov. 2020.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 5. ed. 1961.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GTDN/SUDENE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** Recife: GTDN, 2. ed.,1967.

GUEDES, K. A., THINEM, N., CHAVES, C. M. A. Economia Algodoeira e as transformações urbanas na cidade da Parahyba. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, 10 (18), dez. Salvador, BA, 2008.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 17-18, p. 139–156, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644558>. Acesso em: 7 nov. 2023.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 4ª ed., Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/creditos.html> Acesso em: 7 nov. 2023.

LIMA, Jacob Carlos e SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.

NETO, Aristides Monteiro. **Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências Recentes.** IPEA, Boletim regional, urbano e ambiental, n. 9, jan./jun., 2014.

NORONHA, Eduardo. Noronha “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**, Vol. 18 nº. 53, São Paulo, 2003.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **A economia informal e o trabalho digno: guia de recursos sobre as políticas.** Apoiar a transição para a formalidade. Genebra. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes. Mito e Realidade.** São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo.** Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. **Mulher brasileira: opressão e exploração.** Rio de Janeiro: Achiamé,1984.

SOUSA, Cleidianne Novais. **Trabalho “Informal”: alavanca e condição de existência da acumulação capitalista**. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels –CEMARX, UNICAMP, São Paulo, 2009.

TARGINO, I., MAIA FILHO, A. C. e MOREIRA, E. Transformações recentes da organização do espaço canavieiro paraibano. **Economia & Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, Recife, PE, 2010. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/10286>. Acesso em: 7 nov. 2023.